



## Lecce Holdings S.A.

CNPJ 14.370.283/0001-78  
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º Andar, Vila Yara, Osasco, SP

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Financeiras da Lecce Holdings S.A. ("Sociedade"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade registrou Lucro Líquido de R\$ 168.357 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 4.568.694 mil

e Ativos Totais de R\$ 4.611.241 mil. A Assembleia Geral deliberará quanto a parcela do Lucro Líquido que será retida para preservação e manutenção do Capital Social. A política de dividendos da Sociedade assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu Estatuto Social.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Diretoria

### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
<b>Circulante</b> .....		<b>55.331</b>	<b>76.816</b>	<b>Circulante</b> .....		<b>42.547</b>	<b>32.110</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	6	55.331	76.816	Impostos e Contribuições a Recolher.....	15e	39.073	28.588
<b>Não Circulante</b> .....		<b>4.555.910</b>	<b>4.698.876</b>	Dividendos a Pagar.....	10c e 14a	1.599	1.440
<b>Realizável a Longo Prazo</b> .....		<b>18.289</b>	<b>12.461</b>	Provisões para Impostos e Contribuições.....		-	10
Ativos Fiscais Diferidos.....	15c	13	-	Outras Obrigações.....	9	1.875	2.072
Tributos a Compensar ou a Recuperar.....	15d	18.276	12.461	<b>Patrimônio Líquido</b> .....		<b>4.568.694</b>	<b>4.743.582</b>
<b>Investimentos</b> .....	7	<b>3.837.454</b>	<b>3.886.904</b>	Capital Social.....	10a	4.055.851	4.055.851
<b>Intangível</b> .....	8	<b>700.167</b>	<b>799.511</b>	Reservas de Lucros.....	10b	441.235	274.477
				Ajustes de Avaliação Patrimonial.....		71.608	413.254
<b>Total do Ativo</b> .....		<b>4.611.241</b>	<b>4.775.692</b>	<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b> .....		<b>4.611.241</b>	<b>4.775.692</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	Nota	2025	2024
<b>Receitas Operacionais</b> .....		<b>301.289</b>	<b>291.932</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	7	292.196	282.768
Resultado Financeiro.....	11	9.093	9.164
<b>Despesas Operacionais</b> .....		<b>(99.947)</b>	<b>(110.168)</b>
Despesas Tributárias.....	13	(449)	(425)
Despesas Gerais e Administrativas.....	12	(154)	(85)
Despesa Amortização de Intangível.....	8	(99.344)	(109.658)
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro</b> .....		<b>201.342</b>	<b>181.764</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social.....	15a	(32.985)	(30.194)
<b>Lucro Líquido do Exercício</b> .....		<b>168.357</b>	<b>151.570</b>
Número de ações por mil.....		115.675	115.675
Lucro líquido por lote de mil ações em R\$.....		1.455,44	1.310,31

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	2025	2024
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>		
<b>Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b> .....	<b>201.342</b>	<b>181.764</b>
<b>Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:</b> .....	<b>(194.522)</b>	<b>(173.775)</b>
Amortização de Intangível.....	99.344	109.658
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	(292.196)	(282.768)
Efeito de Variação Cambial no Caixa e Equivalentes de Caixa.....	(266)	521
Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outras.....	(1.404)	(1.186)
<b>Lucro Líquido Ajustado</b> .....	<b>6.820</b>	<b>7.989</b>
(Aumento)/Redução em Ativos.....	(873)	(1.145)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	(195)	422
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(26.063)	(3.999)
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais</b> .....	<b>(20.311)</b>	<b>3.267</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos</b>		
Dividendos Pagos.....	(1.440)	(356)
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos</b> .....	<b>(1.440)</b>	<b>(356)</b>
<b>Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b> .....	<b>(21.751)</b>	<b>2.911</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	76.816	74.426
Efeito de Variação Cambial no Caixa e Equivalentes de Caixa.....	266	(521)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	55.331	76.816
<b>Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b> .....	<b>(21.751)</b>	<b>2.911</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	2025	2024
<b>Lucro Líquido do Exercício</b> .....	<b>168.357</b>	<b>151.570</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	(341.646)	680.190
<b>Total do Resultado Abrangente do Exercício</b> .....	<b>(173.289)</b>	<b>831.760</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em Reais mil

#### 1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Lecce Holdings S.A. é uma ("Sociedade") que tem por objetivo a administração, locação, compra e venda de bens próprios; e participação em outras sociedades como cotista ou acionista, no país ou no exterior. A Lecce Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 13 de abril de 2026.

#### 2) POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas e apresentadas de forma consistente, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2025. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

##### 2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A Sociedade adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações financeiras quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações financeiras consolidadas em CPC ou IFRS, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações financeiras consolidadas.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis.

##### 2.2) Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As operações da investida no exterior são, na essência, uma extensão das atividades do Brasil, portanto, os ativos, os passivos e o resultado são ajustados às práticas contábeis vigentes no Brasil e convertidos para reais de acordo com as taxas de câmbio da moeda local na data do fechamento.

##### 2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e as aplicações financeiras, que são prontamente conversíveis em caixa ou possuem prazo igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

##### 2.4) Ativos financeiros

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

##### Mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios, cujo propósito seja o de receber os seus fluxos de caixa contratuais, e os seus termos contratuais derem origem, exclusivamente, a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

##### Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

São ativos mantidos pela Sociedade com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (Solely Payment of Principal and Interest). Os instrumentos financeiros derivativos também são categorizados como VJR.

Teste SPPI: O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

##### Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução do valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

##### 2.5) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

As aplicações em Fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

##### 2.6) Investimento em controladas

Os investimentos em Sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

São classificadas como controladas as entidades sobre as quais a Sociedade exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos a voto. Poderá ainda existir controle quando a Sociedade possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos a voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Sociedade controla outra entidade. As coligadas são aquelas entidades nas quais a Sociedade, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

O resultado das controladas adquiridas ou vendidas durante os exercícios são incluídos nas demonstrações financeiras a partir da data efetiva de aquisição ou até a data em que o controle deixar de existir.

##### 2.7) Ágio (Goodwill)

O ágio (ou deságio) é originado no processo de aquisição de controladas, coligadas e joint ventures. O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão do interesse da Sociedade sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada e coligada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas e coligadas é incluído no valor dos investimentos. Quando o excesso é negativo (deságio) este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.

O ágio é testado anualmente e sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável, comparando-se valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados de uma unidade geradora de caixa ao valor contábil de seus ativos líquidos, incluindo o ágio atribuível e contabilizado ao custo deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de ágio não podem ser revertidas. Ganhos e perdas auferidos na venda de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relativo à entidade vendida.

##### 2.8) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados no decorrer do período estimado do benefício econômico. O grupo de ativos intangíveis registrados na Sociedade é composto por Carteiros de Crédito e Empréstimos, Depósitos e Licenças, são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustados por redução ao valor recuperável - impairment, quando aplicável.

##### 2.9) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (Impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

##### 2.10) Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Provisões: são reconhecidas quando, como resultado de um evento passado, a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, que pode ser estimada de modo confiável, e é provável que uma saída de recursos será requerida para liquidar uma obrigação. Provisões são determinadas pela expectativa de fluxos de caixa futuros descontado a uma taxa prefixada a qual reflete a avaliação atual de mercado do valor monetário no tempo e os riscos específicos ao passivo. Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Reservas de Lucros			Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Totais
	Capital Social	Legal	Estatutária			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b> .....	<b>4.004.001</b>	<b>9.356</b>	<b>114.991</b>	<b>(266.936)</b>	<b>-</b>	<b>3.861.412</b>
Aumento de Capital Social.....	51.850	-	-	-	-	51.850
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	680.190	-	680.190
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	151.570	151.570
<b>Resultados Abrangentes do Exercício</b> .....	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>831.760</b>
Destinações: - Reservas.....	-	7.578	142.552	-	(150.130)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	(1.440)	(1.440)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b> .....	<b>4.055.851</b>	<b>16.934</b>	<b>257.543</b>	<b>413.254</b>	<b>-</b>	<b>4.743.582</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	(341.646)	-	(341.646)
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	168.357	168.357
<b>Resultados Abrangentes do Exercício</b> .....	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(173.289)</b>
Destinações: - Reservas.....	-	8.418	158.340	-	(166.758)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	(1.599)	(1.599)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b> .....	<b>4.055.851</b>	<b>25.352</b>	<b>415.883</b>	<b>71.608</b>	<b>-</b>	<b>4.568.694</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	2025	2024
<b>Lucro Líquido do Exercício</b> .....	<b>168.357</b>	<b>151.570</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	(341.646)	680.190
<b>Total do Resultado Abrangente do Exercício</b> .....	<b>(173.289)</b>	<b>831.760</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são divulgados nas notas explicativas, quando relevantes; e

Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

#### 2.11) Patrimônio líquido

##### a) Lucro por ação

A Sociedade apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Sociedade pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano.

##### b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Sociedade.

##### 2.12) Reconhecimento da receita

CPC 47 - Receitas de contratos com Clientes - requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para clientes por um montante que reflita a expectativa da Sociedade de ter em troca os direitos desses bens ou serviços.

A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

##### 2.13) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos. As receitas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

##### 2.14) Imposto de Renda e Contribuição Social (ativo e passivo)

Os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Ativos Fiscais Diferidos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Passivos Fiscais Diferidos".

Os ativos fiscais diferidos sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os ativos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais ativos fiscais diferidos são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculada à alíquota-base de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder o limite legal. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é apurada a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos ativos fiscais diferidos, bem como os valores dos ativos fiscais diferidos não ativados, estão apresentados na Nota 15.

##### 2.15) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base pro rata dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base pro rata dia).

### 3) NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

#### a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025:

Lecce Holdings S.A.

CNPJ 14.370.283/0001-78  
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º Andar, Vila Yara, Osasco, SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em Reais mil

7) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial, a composição dos investimentos está demonstrada a seguir:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em milhares)	Participação no capital social	Total dos investimentos		Resultado de equivalência patrimonial (1)	
						2025	2024	2025	2024
						2025	2024	2025	2024
Bradesco Bank (1)	1.256.510	3.274.332	292.196	19.850.782	100,00%	3.274.332	3.323.782	292.196	282.768
Ágio Bradesco Bank(2) (3)	-	-	-	-	-	563.122	563.122	-	-
<b>Total</b>						<b>3.837.454</b>	<b>3.886.904</b>	<b>292.196</b>	<b>282.768</b>

(1) Considera o resultado apurado pela Sociedade, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais da investida não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por avaliação de práticas contábeis, quando aplicáveis;  
(2) O ágio está fundamentado na rentabilidade futura, avaliado quando da aquisição de participação societária na empresa Bradesco Bank e  
(3) A alocação inicial do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos do Bradesco Bank foi definida com base no método de compra do CPC 15, foram reconhecidos nas demonstrações financeiras ativos intangíveis de vida útil definida, não reconhecidos na demonstração financeira individual do Bradesco Bank, e o goodwill.

8) INTANGÍVEL

Os valores registrados no intangível referem-se a Carteiras de Crédito e Empréstimos, Depósitos e Licenças.

Saldos em 31 de dezembro de 2024	Ativos intangíveis				
	Carteira de empréstimos	Carteira de crédito	Depósitos	Licenças	Total
	2025	2024	2025	2024	2025
Amortização (1)	218.091 (8.415)	158.295 (12.335)	371.553 (27.022)	51.572 (51.572)	799.511 (99.344)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>209.676</b>	<b>145.960</b>	<b>344.531</b>	<b>-</b>	<b>700.167</b>

(1) A amortização dos ativos intangíveis é realizada pelo método linear.

9) OUTRAS OBRIGAÇÕES

Provisão de editais e publicações	Em 31 de dezembro	
	2025	2024
	34	-
Valores a pagar pela compra de ações (1)	1.841	2.072
<b>Total</b>	<b>1.875</b>	<b>2.072</b>

(1) Valores a pagar pela aquisição de ações do Bradesco Bank. Os valores estão sendo atualizados mensalmente de acordo com o dólar (PTAX) - Bacen e sem data de vencimento.

10) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social é de R\$ 4.055.851 (2024 - R\$ 4.055.851), dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Quantidade de ações	Em 31 de dezembro	
	2025	2024
	Ordinárias	115.674.529
<b>Total</b>	<b>115.674.529</b>	<b>115.674.529</b>

b) Reservas de lucro

Reservas de lucros	Em 31 de dezembro	
	2025	2024
	441.235	274.477
- Reserva legal (1)	25.352	16.934
- Reserva estatutária (2)	415.883	257.543

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações financeiras, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

c) Dividendos

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2025 e 2024 estão demonstrados a seguir:

Lucro líquido base	Em 31 de dezembro			
	2025	% (1)	2024	% (1)
	168.357		151.570	
Reserva legal	8.418		7.578	
<b>Base de cálculo</b>	<b>159.939</b>		<b>143.992</b>	
<b>Dividendos propostos</b>	<b>1.599</b>	<b>1,0</b>	<b>1.440</b>	<b>1,0</b>

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

11) RESULTADO FINANCEIRO

Rendimento de aplicações em fundos de investimentos	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
	7.725	7.908
Variação monetária líquida	1.368	1.256
<b>Total</b>	<b>9.093</b>	<b>9.164</b>

12) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Serviços de terceiros	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
	85	80
Editais e publicações	69	5
<b>Total</b>	<b>154</b>	<b>85</b>

A DIRETORIA

Cid de Oliveira Guimarães  
Contador - CRC ISP218369/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da

Lecce Holdings S.A.  
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Lecce Holdings S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lecce Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Contribuição à COFINS	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
	385	364
Contribuição ao PIS	63	59
Outras	1	2
<b>Total</b>	<b>449</b>	<b>425</b>

14) PARTES RELACIONADAS

No curso habitual das atividades e em condições de mercado são mantidas pela Sociedade com partes relacionadas, tais como contas bancárias e aplicações financeiras com o controlador direto (Banco Bradesco S.A.)

A Sociedade na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

A tabela a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, discriminados por modalidade de contrato e controlador e empresas coligadas do controlador, bem como as movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

Caixa e equivalentes de caixa	Ativo/(Passivo)		Recelta/(Despesa)	
	2025	2024	2025	2024
	2.622	2.888	-	-
Banco Bradesco S.A.	500	500	-	-
Banco Bradesco S.A. Nova York	2.122	2.388	(266)	521
<b>Dividendos a pagar</b>	<b>(1.599)</b>	<b>(1.440)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Banco Bradesco S.A.	(1.599)	(1.440)	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da administração

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Sociedade.

15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
	201.342 (68.456)	181.764 (61.800)
<b>Efeito no cálculo dos tributos:</b>		
Participações em controladas, tributadas na Sociedade correspondente	99.346	96.141
Despesas indutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(33.132)	(36.881)
Outros valores	(30.743)	(27.654)
<b>Imposto de renda e contribuição social do exercício</b>	<b>(32.985)</b>	<b>(30.194)</b>

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

Impostos correntes:	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
	32.998	30.160
<b>Impostos diferidos:</b>		
Constituição/realização no exercício, sobre adições e exclusões temporárias	13	(34)
<b>Total dos impostos diferidos</b>	<b>13</b>	<b>(34)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social do exercício</b>	<b>(32.985)</b>	<b>(30.194)</b>

c) Origem dos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social diferidos

Provisão publicação	Em 31 de dezembro		
	2024	Constituição	Realização
	-	13	-
<b>Total dos ativos fiscais diferidos</b>	<b>-</b>	<b>13</b>	<b>13</b>

d) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no montante de R\$ 18.276 (2024 - R\$ 12.461), referem-se a imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores.

e) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher no montante de R\$ 39.073 (2024 - R\$ 28.588), referem-se a PIS/Cofins R\$ 38 (2024 - R\$ 36), Imposto de Renda R\$ 6.747 (2024 - R\$ 4.178) e Contribuição Social R\$ 32.288 (2024 - R\$ 24.374).

16) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Sociedade não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024;

b) Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis; e

c) Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contulio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de abril de 2026.



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 25P-014428/O-6

Mark Suda Yamashita  
Contador CRC ISP21754/O-9

## Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Em atendimento às disposições legais e regulamentares, submetemos à apreciação de V.S.a. o Relatório da Administração da QI Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Companhia" ou "QI CTVM") referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhado das Demonstrações Financeiras Anuais auditadas. Em 2025, a QI CTVM consolidou sua posição como corretora de títulos e valores mobiliários integrantes do grupo QI Tech, concluindo um ano de profunda transformação operacional e societária. A Companhia absorveu as operações da QI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários por meio de incorporação reversa aprovada em setembro de 2025 e homologada pelo Banco Central do Brasil em novembro do mesmo ano, unificando sob uma única entidade a estrutura de distribuição, custódia e administração de fundos do grupo, com ganhos expressivos de eficiência e simplificação operacional. O exercício de 2025 foi marcado por resultados financeiros expressivos. A receita de prestação de serviços totalizou R\$ 342,7 milhões no exercício, com R\$ 190,4 milhões concentrados no segundo semestre operacional e socioambiental, assegurando o equilíbrio entre crescimento e solidez patrimonial. A qualidade dos ativos foi preservada ao longo do exercício, com a provisão para perdas esperadas totalizando R\$ 5,2 milhões no exercício, nível compatível com o perfil conservador das operações da Companhia. Ao longo de 2025, a QI CTVM investiu no fortalecimento de sua plataforma tecnológica e na integração dos sistemas herdados da incorporação, pilares que sustentam a eficiência operacional e a capacidade de oferecer serviços

de qualidade a um número crescente de clientes e parceiros. O aprimoramento das práticas de governança corporativa e de controles internos acompanhou o crescimento da Companhia, elevando a confiabilidade dos processos e a transparência na gestão. A Companhia acompanha os desdobramentos da Reforma Tributária e avalia seus potenciais impactos sobre as operações. Para 2026, a administração mantém a visão estratégica de crescimento sustentável, com foco na ampliação da base de clientes, no aprofundamento dos serviços de custódia e administração de fundos e no aproveitamento pleno das sinergias geradas pela incorporação. O compromisso da Companhia é continuar oferecendo infraestrutura de mercado de capitais de excelência, com responsabilidade e inovação, contribuindo para o desenvolvimento do ecossistema financeiro no Brasil. A reserva de lucros acumulada e a robustez do patrimônio líquido posicionam a QI CTVM com sólida base para suportar a expansão planejada e remunerar de forma consistente seus acionistas. Agradecemos a confiança de nossos clientes, parceiros e colaboradores, que contribuem de forma essencial para a construção de uma companhia sólida, inovadora e preparada para o futuro.

São Paulo, 30 de março de 2026.  
**PEDRO HENRIQUE COURRY MAC DOWELL** - Diretor Presidente  
**THIAGO ISILIANI BOTT** - Diretor Financeiro

## Balanco Patrimonial

ATIVO	NE	31/12/25	PASSIVO	NE	31/12/25
<b>Circulante</b>		<b>3.178.070</b>	<b>Circulante</b>		<b>3.016.113</b>
<b>Disponibilidades</b>	4	<b>204.506</b>	<b>Instrumentos financeiros</b>		<b>2.757.996</b>
<b>Instrumentos financeiros</b>		<b>2.904.083</b>	Depósitos	13	354.569
<b>Mensurados ao custo amortizado</b>		<b>2.762.626</b>	Captações no mercado aberto	14	2.403.427
Aplicação interfinanceira de liquidez	5	2.762.986	<b>Obrigações fiscais diferidas</b>		<b>5.685</b>
Rendas a receber	7	40.394	<b>Outros passivos</b>	15	<b>250.006</b>
<b>Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>		<b>141.444</b>	Fiscais e estatutárias	11	11.255
Títulos e valores mobiliários	6	6.939	Sociais e previdenciárias		80.211
<b>Provisão ao valor justo por meio do resultado</b>		<b>-</b>	Diversas		158.540
Títulos e valores mobiliários	6	93.764			
<b>Mensurados para perdas associadas a:</b>	8	<b>(5.520)</b>	<b>Não circulante</b>		<b>17.389</b>
Outros créditos sem característica de concessão de crédito	8	(5.520)	<b>Provisões</b>	16	<b>17.389</b>
<b>Créditos tributários</b>	9	<b>20.814</b>	Diversas - passivos contingentes		17.389
<b>Outros ativos</b>	10	<b>54.187</b>			
Outros créditos - diversos		43.609	<b>Patrimônio líquido</b>	17	<b>721.822</b>
Outros valores e bens		35	Capital:		52.217
Despesas antecipadas		948	Domiciliados no país		52.217
Outros ativos		9.595	Reservas de capital		616.484
<b>Não circulante</b>		<b>574.828</b>	Reservas de lucros		54.251
<b>Créditos tributários</b>	9	<b>87.901</b>	Ajustes de avaliação patrimonial		(1.130)
<b>Imobilizado de uso</b>	11	<b>740</b>			
Outros imobilizações de uso		(8.652)	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>3.752.898</b>
(Depreciações acumuladas)		12			
<b>Intangível</b>		<b>486.187</b>			
Ativos intangíveis		486.187			
(Amortização acumulada)		(15.433)			
<b>Total do ativo</b>		<b>3.752.898</b>			

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital suscrito	Reservas de capital	Reserva legal	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucro ou (prejuízo) acumulados	Total
<b>Saldos no fim do semestre em 30/06/25</b>	<b>52.217</b>	<b>-</b>	<b>10.443</b>	<b>15.818</b>	<b>(1.194)</b>	<b>58.724</b>	<b>136.008</b>
<b>Mutações do semestre:</b>							
Aumento de capital	-	616.484	-	-	64	-	616.484
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos	-	-	-	-	-	64	64
Lucro líquido do semestre	-	-	-	27.990	-	96.046	96.046
Destinações:	-	-	-	154.770	-	(154.770)	-
Reserva especial de lucros	-	-	-	(126.780)	-	-	(126.780)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldos no fim do semestre em 31/12/25</b>	<b>52.217</b>	<b>616.484</b>	<b>10.443</b>	<b>43.808</b>	<b>(1.130)</b>	<b>58.724</b>	<b>812.822</b>
<b>Saldos no início do exercício em 01/01/25</b>	<b>52.217</b>	<b>-</b>	<b>10.443</b>	<b>15.818</b>	<b>(1.660)</b>	<b>-</b>	<b>76.818</b>
Aumento de capital	-	616.484	-	-	-	-	616.484
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos	-	-	-	-	530	-	530
Lucro líquido do exercício	-	-	-	27.990	-	154.770	154.770
Destinações:	-	-	-	154.770	-	(154.770)	-
Reserva especial de lucros	-	-	-	(126.780)	-	-	(126.780)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldos no fim do exercício em 31/12/25</b>	<b>52.217</b>	<b>616.484</b>	<b>10.443</b>	<b>43.808</b>	<b>(1.130)</b>	<b>58.724</b>	<b>812.822</b>
<b>Mutações do exercício:</b>							

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

## 1. Contexto operacional

A QI Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (anteriormente denominada Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.) ("Corretora" ou "QI CTVM") é uma sociedade por ações de direito brasileiro, inscrita no CNPJ nº 62.285.390/0001-40, organizada sob a forma de Corretora de Valores Mobiliários, com sede em São Paulo, SP, e com atuação em todo o Brasil. A Companhia atua como corretora de títulos e valores mobiliários e a administração e custódia de bens e fundos de investimentos. A Corretora é integrante do grupo QI Tech, controlada pela QI Participações S.A. Em ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de setembro de 2025, foi deliberado a alteração da razão social de Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. para QI Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. **Incorporação Reversa:** Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de setembro de 2025, os acionistas aprovaram a reestruturação societária que consistiu na incorporação reversa da controladora QI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("QI DTVM") ("Incorporação") pela controlada QI CTVM ("Incorporadora"). A incorporação foi realizada com base no acordo de incorporação, conforme laudo de avaliação emitido por empresa especializada independente, com data-base de Agosto de 2025. Como resultado da incorporação, a QI DTVM foi extinta (o encerramento legal da entidade foi concluído com a aprovação da baixa do CNPJ pela Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) em 20 de fevereiro de 2026) e a QI CTVM consolidou em todos os seus demonstrativos, bens, ativos e passivos, conforme balanço de incorporação apresentado abaixo.

## Incorporação da QI DTVM pela QI CTVM (Eliminação)

Conta	QI DTVM	QI CTVM	QI DTVM	QI CTVM
<b>Ativo circulante</b>	<b>169.161</b>	<b>1.992.028</b>	<b>1.161.821</b>	<b>1.161.821</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>-</b>	<b>6.385</b>	<b>106.027</b>	<b>112.412</b>
Imobilizado/Intangível	-	6.385	-	6.385
Ativo Fiscal Diferido	-	106.027	-	106.027
<b>Investimentos</b>	<b>854.997</b>	<b>(363.143)</b>	<b>491.854</b>	<b>491.854</b>
Investimentos	151.069	(115.089)	-	-
Goodwill	212.054	(212.054)	-	-
Intangível	491.854	-	491.854	-
<b>Total do ativo</b>	<b>1.024.158</b>	<b>1.999.045</b>	<b>(257.116)</b>	<b>2.766.087</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>150.558</b>	<b>1.847.956</b>	<b>1.198.514</b>	<b>1.998.514</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>873.600</b>	<b>151.089</b>	<b>(257.116)</b>	<b>767.573</b>
Capital Social	873.600	52.2	(858.000)	52.2
Reservas de capital	-	-	616.484	616.484
Reservas de lucros	15.043	99.776	(15.043)	99.776
Ajustes de avaliação patrimonial	556	(1.104)	(556)	(1.104)
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>1.024.158</b>	<b>1.999.045</b>	<b>(257.116)</b>	<b>2.766.087</b>

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras

a) **Comparabilidade a períodos anteriores:** Em decorrência destas demonstrações financeiras serem preparadas com base nos conceitos e critérios contábeis aplicáveis pela resolução CBC nº 352/2023 e correlatas, vigentes a partir de 1º de janeiro de 2025, a administração optou por não apresentar as informações comparáveis aos períodos anteriores, conforme artigo nº 102 desta resolução. b) **Práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução CBC nº 02/20, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas contábeis internacionais emitidas pelo Conselho do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e normalizações do Conselho Monetário Nacional ("CMN"). c) **Estimativas contábeis:** As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste aos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. d) **Administração reversa:** As estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente. e) **Moeda funcional de apresentação:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Corretora. Todas as informações apresentadas em Real foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de outra forma. f) **Emissão e aprovação das demonstrações financeiras:** A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada e autorizada pela Diretoria em 30 de março de 2026. g) **Adoção de novas normas:** Resolução CBC nº 352/2023. Os principais impactos (antes dos efeitos fiscais) da adoção inicial desta Resolução e correlatas foram: 1. **Efeitos da alteração de categorias -** refletem os impactos da reclassificação decorrente de reclassificação entre as categorias, conforme CBC nº 352/2023. Em 1º de janeiro de 2025, não houve impactos relevantes decorrentes da alteração de categorias de ativos financeiros. 2. **Efeitos da adoção do modelo para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (CBC nº 352/2023):** I - A probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, considerando o prazo esperado do instrumento financeiro, bem como a situação econômica corrente e previsões razoáveis e justificáveis de alterações nas condições econômicas e de mercado que afetem o risco de crédito do instrumento, durante o seu prazo esperado, inclusive em virtude da existência de eventuais garantias ou colaterais vinculados ao instrumento financeiro; II - A expectativa de recuperação do instrumento financeiro, considerando os custos de recuperação do instrumento, as características de eventuais garantias ou colaterais, tais como modalidade, liquidez e valor presente provável de realização, as taxas históricas de recuperação em instrumentos financeiros com características e risco de crédito similares, dentre outros; III - Provisão para perdas incorridas associadas ao risco de créditos para os ativos financeiros inadimplidos, conforme art.76 da Resolução CBC nº 352/2023, aplicando-se os percentuais definidos no Anexo II desta Resolução, observando o período de atraso. Em 2025, não houve impactos relevantes decorrentes da adoção do modelo para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. 3. **Quanto aos aspectos fiscais** relacionados à aplicação dos critérios contábeis estabelecidos na Resolução CMN nº 4.966/2021, a Lei nº 14.467/2022 (em suas alterações da Lei nº 15.078/2024) estabeleceu o tratamento tributário no recebimento de créditos em condições econômicas e de mercado que afetem o risco de crédito autorizadas a funcionar pelo BACEN. A partir de 1º de janeiro de 2025, as instituições poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relacionadas a operações inadimplidas, independentemente da data da sua contratação e operações com pessoas jurídicas em processo falimentar ou em recuperação judicial, a partir da data da decretação da falência ou da concessão da recuperação judicial. A dedução fiscal estabelecida deverá observar a perda incorrida segundo os percentuais estabelecidos com base no período de inadimplemento. A partir do mês de janeiro de 2026, as perdas apuradas sobre os créditos que se encontravam inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, ainda não deduzidas fiscalmente até essa data, poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um décimo e quatro avos) para cada mês do período de apuração, sendo permitida ainda que as instituições optem, até 31 de dezembro de 2025, de forma irrevogável e irretroativa, por fazer as deduções a razão de 1/70 (um décimo e sete avos) a partir da aplicação da Lei nº 14.467/2022 até refletidos na expectativa de realização dos créditos tributários e passivos fiscais diferidos.

## 3. Sumário das principais políticas contábeis

a) **Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro rata para as de natureza financeira. As taxas e comissões recebidas são reconhecidas durante o período de prestação de serviços (regime de competência). As receitas e despesas de natureza financeira são avaliadas com base no método das diferenças econômicas e de mercado que afetem o risco de crédito registrado pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados. Taxas e comissões decorrentes de operações com terceiros, tais como taxas de administração de fundos e de custódia, são registradas mensalmente. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 4.818/20, incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, aplicações interfinanceiras de liquidez e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias. **Instrumentos financeiros:** Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Os instrumentos financeiros da Corre-

torora estão avaliados de acordo com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Resolução CBC nº 352/23 e são classificadas nas categorias de títulos e valores mobiliários de Valor Justo no Resultado e Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes, em acordo com os modelos de negócio estabelecidos (Custo Fluxos de caixa contratuais; Custo Fluxos de caixa contratuais e vender, e outros), e no resultado do teste de SPPI, para observação se os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem somente os pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal. Os instrumentos financeiros são classificados por hierarquia do valor justo, mencionada na Resolução CBC nº 352/23, que avalia as mensurações a valor justo em três níveis, de acordo com a observabilidade das informações utilizadas no mercado: Nível 1: preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; Nível 2: inputs observáveis no mercado, direta ou indiretamente, diferentes do nível 1; Nível 3: inputs não observáveis, baseados em premissas e modelos internos. Os Instrumentos financeiros da Corretora são classificados nos seguintes níveis: Nível 1: Ações de companhia aberta, Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Notas do Tesouro Nacional - NTN e Nível 2: Certificados de Depósito Bancário - CDB, e Cotas de fundo em direitos de participação em mercado, direta ou indiretamente, diferentes do nível 1; Nível 3: inputs não observáveis, baseados em premissas e modelos internos. Os Instrumentos financeiros da Corretora são classificados nos seguintes níveis: Nível 1: Ações de companhia aberta, Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Notas do Tesouro Nacional - NTN e Nível 2: Certificados de Depósito Bancário - CDB, e Cotas de fundo em direitos de participação em mercado, direta ou indiretamente, diferentes do nível 1; Nível 3: inputs não observáveis, baseados em premissas e modelos internos. Os Instrumentos financeiros da Corretora são classificados nos seguintes níveis: Nível 1: Ações de companhia aberta, Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Notas do Tesouro Nacional - NTN e Nível 2: Certificados de Depósito Bancário - CDB, e Cotas de fundo em direitos de participação em mercado, direta ou indiretamente, diferentes do nível 1; Nível 3: inputs não observáveis, baseados em premissas e modelos internos. Os Instrumentos financeiros da Corretora são classificados nos seguintes níveis: Nível 1: Ações de companhia aberta, Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Notas do Tesouro Nacional - NTN e Nível 2: Certificados de Depósito Bancário - CDB, e Cotas de fundo em direitos de participação em mercado, direta ou indiretamente, diferentes do nível 1; Nível 3: inputs não observáveis, baseados em premissas e modelos internos. Os Instrumentos financeiros da Corretora são classificados nos seguintes níveis: Nível 1: Ações de companhia aberta, Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Notas do Tesouro Nacional - NTN e Nível 2: Certificados de Depósito Bancário - CDB, e Cotas de fundo em direitos de participação em mercado, direta ou indiretamente, diferentes do nível 1; Nível 3: inputs não observáveis, baseados em premissas e modelos internos. Os Instrumentos financeiros da Corretora são classificados nos seguintes níveis: Nível 1: Ações de companhia aberta, Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Notas do Tesouro Nacional - NTN e Nível 2: Certificados de Depósito Bancário - CDB, e Cotas de fundo em direitos de participação em mercado, direta ou indiretamente, diferentes do nível 1; Nível 3: inputs não observáveis, baseados em premissas e modelos internos. Os Instrumentos financeiros da Corretora são classificados nos seguintes níveis: Nível 1: Ações de companhia aberta, Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Notas do Tesouro Nacional - NTN e Nível 2: Certificados de Depósito Bancário - CDB, e Cotas de fundo em direitos de participação em mercado, direta ou indiretamente, diferentes do nível 1; Nível 3: inputs não observáveis, baseados em premissas e modelos internos. Os Instrumentos financeiros da Corretora são classificados nos seguintes níveis: Nível 1: Ações de companhia aberta, Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Notas do Tesouro Nacional - NTN e Nível 2: Certificados de Depósito Bancário - CDB, e Cotas de fundo em direitos de participação em mercado, direta ou indiretamente, diferentes do nível 1; Nível 3: inputs não observáveis, baseados em premissas e modelos internos. Os Instrumentos financeiros da Corretora são classificados nos seguintes níveis: Nível 1: Ações de companhia aberta, Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Notas do Tesouro Nacional - NTN e Nível 2: Certificados de Depósito Bancário - CDB, e Cotas de fundo em direitos de participação em mercado, direta ou indiretamente, diferentes do nível 1; Nível 3: inputs não observáveis, baseados em premissas e modelos internos. Os Instrumentos financeiros da Corretora são classificados nos seguintes níveis: Nível 1: Ações de companhia aberta, Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Notas do Tesouro Nacional - NTN e Nível 2: Certificados de Depósito Bancário - CDB, e Cotas de fundo em direitos de participação em mercado, direta ou indiretamente, diferentes do nível 1; Nível 3: inputs não observáveis, baseados em premissas e modelos internos. Os Instrumentos financeiros da Corretora são classificados nos seguintes níveis: Nível 1: Ações de companhia aberta, Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Notas do Tesouro Nacional - NTN e Nível 2: Certificados de Depósito Bancário - CDB, e Cotas de fundo em direitos de participação em mercado, direta ou indiretamente, diferentes do nível 1; Nível 3: inputs não observáveis, baseados em premissas e modelos internos. Os Instrumentos financeiros da Corretora são classificados nos seguintes níveis: Nível 1: Ações de companhia aberta, Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Notas do Tesouro Nacional - NTN e Nível 2: Certificados de Depósito Bancário - CDB, e Cotas de fundo em direitos de participação em mercado, direta ou indiretamente, diferentes do nível 1; Nível 3: inputs não observáveis, baseados em premissas e modelos internos. Os Instrumentos financeiros da Corretora são classificados nos seguintes níveis: Nível 1: Ações de companhia aberta, Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Notas do Tesouro Nacional - NTN e Nível 2: Certificados de Depósito Bancário - CDB, e Cotas de fundo em direitos de participação em mercado, direta ou indiretamente, diferentes do nível 1; Nível 3: inputs não observáveis, baseados em premissas e modelos internos. Os Instrumentos financeiros da Corretora são classificados nos seguintes níveis: Nível 1: Ações de companhia aberta, Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Notas do Tesouro Nacional - NTN e Nível 2: Certificados de Depósito Bancário - CDB, e Cotas de fundo em direitos de participação em mercado, direta ou indiretamente, diferentes do nível 1; Nível 3: inputs não observáveis, baseados em premissas e modelos internos. Os Instrumentos financeiros da Corretora são classificados nos seguintes níveis: Nível 1: Ações de companhia aberta, Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Notas do Tesouro Nacional - NTN e Nível 2: Certificados de Depósito Bancário - CDB, e Cotas de fundo em direitos de participação em mercado, direta ou indiretamente, diferentes do nível 1; Nível 3: inputs não observáveis, baseados em premissas e modelos internos. Os Instrumentos financeiros da Corretora são classificados nos seguintes níveis: Nível 1: Ações de companhia aberta, Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Notas do Tesouro Nacional - NTN e Nível 2: Certificados de Depósito Bancário - CDB, e Cotas de fundo em direitos de participação em mercado, direta ou indiretamente, diferentes do nível 1; Nível 3: inputs não observáveis, baseados em premissas e modelos internos. Os Instrumentos financeiros da Corretora são classificados nos seguintes níveis: Nível 1: Ações de companhia aberta, Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Notas do Tesouro Nacional - NTN e Nível 2: Certificados de Depósito Bancário - CDB, e Cotas de fundo em direitos de participação em mercado, direta ou indiretamente, diferentes do nível 1; Nível 3: inputs não observáveis, baseados em premissas e modelos internos. Os Instrumentos financeiros da Corretora são classificados nos seguintes níveis: Nível 1: Ações de companhia aberta, Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Notas do Tesouro Nacional - NTN e Nível 2: Certificados de Depósito Bancário - CDB, e Cotas de fundo em direitos de participação em mercado, direta ou indiretamente, diferentes do nível 1; Nível 3: inputs não observáveis, baseados em premissas e modelos internos. Os Instrumentos financeiros da Corretora são classificados nos seguintes níveis: Nível 1: Ações de companhia aberta, Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Notas do Tesouro Nacional - NTN e Nível 2: Certificados de Depósito Bancário - CDB, e Cotas de fundo em direitos de participação em mercado, direta ou indiretamente, diferentes do nível 1; Nível 3: inputs não observáveis, baseados em premissas e modelos internos. Os Instrumentos financeiros da Corretora são classificados nos seguintes níveis: Nível 1: Ações de companhia aberta, Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Notas do Tesouro Nacional - NTN e Nível 2: Certificados de Depósito Bancário - CDB, e Cotas de fundo em direitos de participação em mercado, direta ou indiretamente, diferentes do nível 1; Nível 3: inputs não observáveis, baseados em premissas e modelos internos. Os Instrumentos financeiros da Corretora são classificados nos seguintes níveis: Nível 1: Ações de companhia aberta, Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Notas do Tesouro Nacional - NTN e Nível 2: Certificados de Depósito Bancário - CDB, e Cotas de fundo em direitos de participação em mercado, direta ou indiretamente, diferentes do nível 1; Nível 3: inputs não observáveis, baseados em premissas e modelos internos. Os Instrumentos financeiros da Corretora são classificados nos seguintes níveis: Nível 1: Ações de companhia aberta, Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Notas do Tesouro Nacional - NTN e Nível 2: Certificados de Depósito Bancário - CDB, e Cotas de fundo em direitos de participação em mercado, direta ou indiretamente, diferentes do nível 1; Nível 3: inputs não observáveis, baseados em premissas e modelos internos. Os Instrumentos financeiros da Corretora são classificados nos seguintes níveis: Nível 1: Ações de companhia aberta, Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Notas do Tesouro Nacional - NTN e Nível 2: Certificados de Depósito Bancário - CDB, e Cotas de fundo em direitos de participação em mercado, direta ou indiretamente, diferentes do nível 1; Nível 3: inputs não observáveis, baseados em premissas e modelos internos. Os Instrumentos financeiros da Corretora são classificados nos seguintes níveis: Nível 1: Ações de companhia aberta, Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Notas do Tesouro Nacional - NTN e Nível 2: Certificados de Depósito Bancário - CDB, e Cotas de fundo em direitos de participação em mercado, direta ou indiretamente, diferentes do nível 1; Nível 3: inputs não observáveis, baseados em premissas e modelos internos. Os Instrumentos financeiros da Corretora são classificados nos seguintes níveis: Nível 1: Ações de companhia aberta, Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Notas do Tesouro Nacional - NTN e Nível 2: Certificados de Depósito Bancário - CDB, e Cotas de fundo em direitos de participação em mercado, direta ou indiretamente, diferentes do nível 1; Nível 3: inputs não observáveis, baseados em premissas e modelos internos. Os Instrumentos financeiros da Corretora são classificados nos seguintes níveis: Nível 1: Ações de companhia aberta, Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Notas do Tesouro Nacional - NTN e Nível 2: Certificados de Depósito Bancário - CDB, e Cotas de fundo em direitos de participação em mercado, direta ou indiretamente, diferentes do nível 1; Nível 3: inputs não observáveis, baseados em premissas e modelos internos. Os Instrumentos financeiros da Corretora são classificados nos seguintes níveis: Nível 1: Ações de companhia aberta, Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Notas do Tesouro Nacional - NTN e Nível 2: Certificados de Depósito Bancário - CDB, e Cotas de fundo em direitos de participação em mercado, direta ou indiretamente, diferentes do nível 1; Nível 3: inputs não observáveis, baseados em premissas e modelos internos. Os Instrumentos financeiros da Corretora são classificados nos seguintes níveis: Nível 1: Ações de companhia aberta, Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Notas do Tesouro Nacional - NTN e Nível 2: Certificados de Depósito Bancário - CDB, e Cotas de fundo em direitos de participação em mercado, direta ou indiretamente, diferentes do nível 1; Nível 3: inputs não observáveis, baseados em premissas e modelos internos. Os Instrumentos financeiros da Corretora são classificados nos seguintes níveis: Nível 1: Ações de companhia aberta, Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Notas do Tesouro Nacional - NTN e Nível 2: Certificados de Depósito Bancário - CDB, e Cotas de fundo em direitos de participação em mercado, direta ou indiretamente, diferentes do nível 1; Nível 3: inputs não observáveis, baseados em premissas e modelos internos. Os Instrumentos financeiros da Corretora são classificados nos seguintes níveis: Nível 1: Ações de companhia aberta, Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Notas do Tesouro Nacional - NTN e Nível 2: Certificados de Depósito Bancário - CDB, e Cotas de fundo em direitos de participação em mercado, direta ou indiretamente, diferentes do nível 1; Nível 3: inputs não observáveis, baseados em premissas e modelos internos. Os Instrumentos financeiros da Corretora são classificados nos seguintes níveis: Nível 1: Ações de companhia aberta, Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Notas do Tesouro Nacional - NTN e Nível 2: Certificados de Depósito Bancário - CDB, e Cotas de fundo em direitos de participação em mercado, direta ou indiretamente, diferentes do nível 1; Nível 3: inputs não observáveis, baseados em premissas e modelos internos. Os Instrumentos financeiros da Corretora são classificados nos seguintes níveis: Nível 1: Ações de companhia aberta, Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Notas do Tesouro Nacional - NTN e Nível 2: Certificados de Depósito Bancário - CDB, e Cotas de fundo em direitos de participação em mercado, direta ou indiretamente, diferentes do nível 1; Nível 3: inputs não observáveis, baseados em premissas e modelos internos. Os Instrumentos financeiros da Corretora são classificados nos seguintes níveis: Nível 1: Ações de companhia aberta, Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Notas do Tesouro Nacional - NTN e Nível 2: Certificados de Depósito Bancário - CDB, e Cotas de fundo em direitos de participação em mercado, direta ou indiretamente, diferentes do nível 1; Nível 3: inputs não observáveis, baseados em premissas e modelos internos. Os Instrumentos financeiros da Corretora são classificados nos seguintes níveis: Nível 1: Ações de companhia aberta, Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Notas do Tesouro Nacional - NTN e Nível 2: Certificados de Depósito Bancário - CDB, e Cotas de fundo em direitos de participação em mercado, direta ou indiretamente, diferentes do nível 1; Nível 3: inputs não observáveis, baseados em premissas e modelos internos. Os Instrumentos financeiros da Corretora são classificados nos seguintes níveis: Nível 1: Ações de companhia aberta,

# Jornal O DIA SP

## QI Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - CNPJ(MF) 62.285.390/0001-40

danos materiais no montante de R\$ 71.913, alegando possíveis falhas na prestação de serviços e descumprimento das normas aplicáveis e do regulamento do fundo. Cabe destacar que os argumentos apresentados na petição inicial ainda serão objeto de análise judicial, não havendo, até a presente data, decisão de mérito. Diante do estágio inicial do processo e com base na avaliação dos assessores jurídicos do caso, a classificação da contingência é considerada como risco possível.

### 17. Patrimônio líquido

**a) Capital Social:** Em 31 de dezembro de 2025, o Capital Social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 52.217 representado por 2.685 ações ordinárias nominativas. **b) Reserva de capital:** Em 31 de dezembro de 2025, a Corretora possui o montante de R\$ 616.484 de reserva de capital, decorrente de incorporação conforme exposto na NE 1. **c) Reserva legal:** A Corretora deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder 20% do capital integralizado. A destinação da reserva legal ocorre no encerramento do exercício social. Em 31 de dezembro de 2025 a Corretora possui o montante de R\$ 10.443 de Reserva Legal. **d) Reserva Estatutária e Especiais de Lucros:** A Administração, após distribuição de dividendos e destinação da reserva legal, destina o saldo remanescente para a constituição da reserva estatutária e reservas especiais de lucros, que não poderá exceder 100% do capital integralizado. **e) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** O Estatuto Social estabelece dividendos mínimos obrigatórios e/ou juros sobre capital próprio de 25% sobre lucro líquido do exercício, calculado nos termos da legislação societária, com base lucro líquido do exercício, quando do seu encerramento, conforme determina a lei nº 6.404/76 e suas alterações. Os dividendos/JCP calculados no exercício são assim demonstrados:

	31/12/25
<b>Lucro líquido</b>	<b>154.770</b>
<b>Base para dividendos obrigatórios</b>	<b>154.770</b>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	38.693
<b>Dividendos propostos no período atual</b>	<b>126.780</b>

### 18. Receitas de intermediação financeira

	2º Sem/25	2025
<b>Total</b>	<b>2º Sem/25</b>	<b>2025</b>
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	171.497	269.863
Rendas de títulos de renda fixa	1.164	1.463
Rendas de títulos de renda variável	7	7
Rendas de aplicações em fundos de investimentos	8.746	13.011
<b>Total</b>	<b>181.407</b>	<b>284.344</b>

### 19. Despesa de operações de captação no mercado

	2º Sem/25	2025
<b>Total</b>	<b>2º Sem/25</b>	<b>2025</b>
Despesas de captação no mercado aberto (a)	(101.020)	(173.218)
(a) A despesa de captação no mercado aberto trata-se dos valores pagos a título de juros aos fundos administrados nas operações compromissadas.	(101.020)	(173.218)

### 20. Receitas de prestação de serviços

	2º Sem/25	2025
<b>Total</b>	<b>2º Sem/25</b>	<b>2025</b>
Receita de tarifas	8.441	16.625
Receitas de administração de fundos de investimento	108.884	197.965
Receitas de assessoria técnica e financeira	342	683
Receitas de comissões na emissão e colocação de títulos	299	299
Receitas de serviços de custódia	53.362	106.812
Receitas de outros serviços	19.383	20.294
<b>Total</b>	<b>190.412</b>	<b>342.678</b>

### 21. Despesas de pessoal

	2º Sem/25	2025
<b>Total</b>	<b>2º Sem/25</b>	<b>2025</b>
Despesas de Pessoal - Benefícios	(6.599)	(12.704)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(7.822)	(15.098)
Despesas de Pessoal - Proventos	(19.496)	(40.740)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(19)	(161)
Despesas de Honorários	-	(31)
<b>Total</b>	<b>(33.934)</b>	<b>(68.734)</b>

### 22. Outras despesas administrativas

	2º Sem/25	2025
<b>Total</b>	<b>2º Sem/25</b>	<b>2025</b>
Despesas de Processamento de Dados	(19.752)	(44.678)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(12.682)	(17.529)
Despesas de Amortização	(11.403)	(11.797)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(1.124)	(4.371)
Despesas de Comunicações	(1.764)	(2.343)
Despesas de Aluguéis	(752)	(1.135)
Despesas de Depreciação	(427)	(1.097)
Despesas de Contribuições Filantrópicas	(600)	(600)
Despesas de Serviços de Terceiros	(196)	(453)
Outras Despesas Administrativas	(333)	(1.935)
<b>Total</b>	<b>(49.033)</b>	<b>(85.938)</b>

### 23. Despesas tributárias

	2º Sem/25	2025
<b>Total</b>	<b>2º Sem/25</b>	<b>2025</b>
Despesas de Contribuições aos COFINS (Alíquota de 4,00%)	(10.938)	(18.271)
Imposto sobre Serviços - ISS (Alíquota de até 5,00%)	(6.254)	(11.195)
Despesas de Contribuições ao PIS (Alíquota de 0,65%)	(1.777)	(2.969)
Outras	(667)	(975)
<b>Total</b>	<b>(19.636)</b>	<b>(33.410)</b>

### 24. Imposto de Renda e Contribuição Social

	2º Sem/25	2025
<b>Total</b>	<b>2º Sem/25</b>	<b>2025</b>
Conciliação das despesas com provisões do IRPJ e da CSLL		
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações nos lucros</b>	<b>163.159</b>	<b>262.660</b>
Participação nos lucros	(8.602)	(10.463)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e depois das participações	154.557	252.197
<b>Adições e exclusões</b>	<b>(14.555)</b>	<b>(12.954)</b>
Provisão (reversão) para outros créditos de liquidação duvidosa	1.204	3.890
Atualização de passivos contingentes	521	972
Reversão de despesas baixadas como não dedutíveis	-	(1.033)
Atualização de depósitos judiciais	(1.391)	(2.607)
Adições de despesas não dedutíveis	726	1.446
Dividendos e JCP pagos	(6.779)	(6.786)
Amortização ágio DTVM	(8.836)	(8.836)
<b>Base de cálculo</b>	<b>140.002</b>	<b>239.243</b>
<b>Base de cálculo adicional</b>	<b>139.882</b>	<b>239.003</b>
Imposto de renda 15%	(21.000)	(35.887)
Imposto de renda adicional de 10%	(13.988)	(23.900)
PAT	278	278
Lei Rouanet art. 18º	600	600
<b>Despesas com imposto de renda - Valores correntes</b>	<b>(34.110)</b>	<b>(58.909)</b>
Contribuição social 15%		
<b>Despesas com contribuição social - Valores correntes</b>	<b>(21.001)</b>	<b>(35.887)</b>
<b>Ativo fiscal diferido</b>	<b>(3.400)</b>	<b>(2.632)</b>
Provisão (reversão) de impostos diferidos	(3.400)	(2.632)
<b>Total Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(58.511)</b>	<b>(97.427)</b>

### 25. Ativos fiscais diferidos

**a) Créditos tributários:** As bases de constituição do crédito tributário estão demonstradas abaixo:

	31/12/25	
<b>Total</b>	<b>31/12/25</b>	
Provisão para perdas associadas a risco de crédito	5.520	
Provisão para riscos fiscais e contingências	798	
Atualização de passivos fiscais contingentes	7.354	
Crédito tributário decorrente da baixa do Ágio - Incorporação reversa	256.231	
Ajuste de valor a mercado TVM - Disponível para venda	1.883	
Para constituição dos créditos tributários são utilizadas as alíquotas de 15% para CSLL, 25% para IRPJ. Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos somente sobre diferenças temporariamente indedutíveis. O valor presente dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 37.467 considerando a expectativa de realização da administração assim como a dos assessores jurídicos quando aplicável, tendo sido utilizadas as taxas do CDI/83 apuradas para os respectivos períodos. Créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de IRPJ e CSLL em montante que justifique a ativação de tais valores. A Administração, com base nas suas projeções de resultados, considera que deverá auferir resultados tributáveis, dentro do prazo regulamentar, para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, não havia créditos tributários não reconhecidos. A realização dos créditos tributários está estimada da seguinte forma:		
<b>Valores de 31/12/25</b>	<b>2026</b>	
Provisão para perdas esperadas	315	315
Provisão para riscos fiscais e contingências	3.261	1.578
Ajuste de valor a mercado TVM - Disponível para venda	-	753
Ágio - compra de participações	20.499	20.499
<b>Total</b>	<b>20.814</b>	<b>24.828</b>
2027	61.495	102.493
2028	63.073	108.715

### 26. Partes relacionadas

Com base nos critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.818/20, as transações com partes relacionadas foram avaliadas em condições de mercado, no tocante a encargos e prazos, e são compostas por:

	Ativo (passivo)
<b>Total</b>	<b>31/12/25</b>
Valores de Intercompany a pagar	(251)
Valores de Intercompany a receber	99
<b>Totais</b>	<b>99</b>

**b) Remuneração do pessoal-chave da Administração:** Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social da Corretora. A remuneração dos Administradores em 2025 foi de R\$ 31 no exercício, a qual é considerada benefício de curto prazo.

	2º Sem/25	2025
<b>Total</b>	<b>2º Sem/25</b>	<b>2025</b>
Remuneração fixa	-	31
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>31</b>

### 27. Gerenciamento de riscos

A Corretora implementou a estrutura de gerenciamento de riscos com base nos critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.557/17, de 23 de fevereiro de 2017, para risco de crédito, para risco de mercado, para risco de liquidez, para risco operacional e para gestão de capital. **Apetite a Riscos (RAS):** O gerenciamento de riscos e de capital é parte fundamental do negócio da QI CTVM. A Declaração de Appetite a Riscos (RAS) é o documento que sintetiza e direciona as estratégias de negócio e comerciais da QI CTVM, que devem estar em linha com as diretrizes de appetite a riscos declaradas. Da mesma forma, a RAS é a referência para o gerenciamento de riscos, permitindo que a Diretoria otimize a alocação de recursos de capital, humanos e tecnológicos. O processo de gerenciamento de riscos e de capital é conduzido pela Diretoria de Conformidade e Finanças, contemplando em suas atribuições atividades de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos relacionados ao negócio, alinhadas as diretrizes, estratégias, políticas e alçadas estabelecidas. As decisões estratégicas e aprovações relativas a gerenciamento de riscos e capital são tomadas pela Diretoria. A QI CTVM atua com o modelo de gestão prospectiva das 3 (três) linhas de defesa. Cada linha de defesa tem seus papéis e responsabilidades definidos e formalizados, assegurando a comunicação eficaz, ferramentas e sistemas para um adequado processo de gerenciamento de riscos. **Gerenciamento de Capital:** O gerenciamento de capital compreende o processo contínuo e prospectivo para monitoramento e controle do capital da QI CTVM, que deve ser consistente com o planejamento estratégico, as estratégias comerciais e o negócio da instituição. A área de Gestão de Capital é responsável por conduzir o processo de gerenciamento de capital. Para garantir um processo de gerenciamento do capital eficiente a QI CTVM possui suas políticas e estratégias devidamente formalizadas, possibilitando o planejamento e a manutenção do capital, em níveis adequados com os riscos incorridos pela instituição, e consistentes com o plano orçamentário e as metas e estratégias de negócio da QI CTVM. A Corretora adota um gerenciamento integrado de riscos, das necessidades mínimas de capital e da capacidade financeira da instituição. Os riscos são decompostos segundo sua natureza: de liquidez; de crédito; de mercado; operacional; e gestão de capital. **Risco de Crédito:** O risco de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; a desvalorização, redução de ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; e a reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos. A QI CTVM não possui exposição no que se refere a concessão de crédito. Apesar de não possuir operações de crédito constituídas formalmente, conceitualmente, a QI CTVM continua a apresentar o que sob a ótica de capital conveniência-se chamar de "risco de crédito" - determinado pela Resolução CMN nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017. A QI CTVM calcula o Rvaccpad conforme a abordagem padronizada estabelecida na Resolução BCB nº 229/2023. **Risco de Mercado:** É o risco de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição. Essa definição considera o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, que fazem parte da carteira da QI CTVM. Os investimentos realizados pela QI CTVM têm como principal objetivo manter os valores aplicados devidamente atualizados e protegidos de desvalorizações financeiras. **Risco operacional:** É a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Inclui-se também o risco legal, considerando que a QI CTVM tem como principal atividade a prestação de serviços de intermediação, administração, gestão e custódia, o risco operacional é o de maior impacto para a Corretora. O cálculo de requerimento de capital para o risco operacional da Corretora é apurado com base na abordagem padronizada (Indicador Básico). **Risco de Liquidez:** É o risco de a QI CTVM não conseguir cumprir seus compromissos financeiros assumidos com clientes, fornecedores, prestadores de serviços funcionários e demais despesas administrativas. A definição de limites para um caixa mínimo, e de uma porcentagem de caixa líquido mínimo, devem ser acompanhados de gestão diária e prospectiva. **Análise de Sensibilidade:** A QI CTVM por ter um perfil de appetite a riscos conservador e uma Tesouraria mais ativa, o apetite muito baixo para carteira com intenção de negociação (carteira trans-

ding). O Risco de Mercado dessas operações representa menos que 1% da exposição em Ativos Ponderados por Riscos ("RWAs"). A QI CTVM possui capital suficiente para a cobertura do risco de variação das taxas de juros ("IRRRBB") das operações classificadas na carteira bancária. Visando a mitigação do Risco de Liquidez, a QI CTVM faz uma gestão diária eficiente do caixa, monitorando os fluxos de caixa, segregando o capital próprio do capital de terceiros e o controle de ativos líquidos e não líquidos. A área de Gestão de Capital, por meio de modelos quantitativos e qualitativos, implementou limites para o controle e mitigação do Risco de Liquidez. Esse controle é feito diariamente onde se observa o Caixa e o Caixa Líquido da Corretora, além de outros indicadores que são diretamente correlacionadas com o Caixa, como o Saldo Devedor de Clientes e o Saldo em Garantias. Em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020, a Corretora utiliza, para fins de sensibilidade dos valores contábeis, o abaixo disposto:

	Valor Provável de Realização Ativo/(Passivo)	Varição em função do risco %
Disponibilidades	204.506	- (a)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.762.986	- (a)
Títulos e Valores Mobiliários	100.703	5% (b)
Depósitos	(354.569)	- (a)
Captações no mercado aberto	(2.403.427)	- (a)
<b>Total</b>	<b>310.199</b>	

(a) - Sem risco; (b) - Risco estimado. Até a presente data não houve perda.

### 28. Administração de recursos de terceiros

Em 31 de dezembro de 2025, a Corretora administrava R\$ 164.304.807 recursos de terceiros, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/25
<b>Total</b>	<b>31/12/25</b>
Fundos de investimento em direitos creditórios	126.455.857
Fundos de investimento financeiros	16.607.101
Fundos de investimento multimercados - Exterior	12.943.514
Fundos de investimentos imobiliários	5.481.237
Fundos de investimentos em ações FAQ	788.787
Aplicações em fundos e clubes de investimentos administrados pela própria Corretora	(15.482.203)
<b>Total líquido de recursos de terceiros</b>	<b>148.822.604</b>

### 29. Limites operacionais

O Índice da Basileia, para a data-base de 31 de dezembro de 2025, apurado de acordo com o estabelecido nas Resoluções CMN nº 4.955/2021 e CMN nº 4.958/2021, é de 39,8%.

### 30. Resultado não recorrente

A Corretora, no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, não apresentou resultado não recorrente.

### 31. Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

A Instituição, em atendimento à legislação brasileira de contabilidade, não contratou serviços da Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. relacionados às atividades da Instituição, além dos serviços de auditoria independente externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes que, principalmente, determinam que o auditor não deva auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover seus interesses.

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Srs. Administradores da QI Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. São Paulo, SP

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da QI Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Enfase - ausência de valores correspondentes:** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que descreve que as referidas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso

### 32. Seguros

A Instituição adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

### 33. Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados concedidos pela Instituição se referem, basicamente, a benefícios concedidos em bases mensais, tais como salários, contribuições à previdência social, planos de saúde, licenças remuneradas de curto prazo etc., e, assim, reconhecidos contabilmente em conformidade com os critérios definidos na NBC TG 33 (R2) - Benefícios a Empregados e CPC 33 (R1), recepcionado pela Resolução CMN nº 4.877/2020. Não existem benefícios pós-emprego, fundos de pensão ou outros benefícios que requeiram tratamento contábil específico.

### 34. Outras informações

**Resolução Conjunta BCB nº 14 de 31/11/2025:** A referida Resolução entrou em vigor na data de sua publicação e estabelece metodologia de apuração do limite mínimo de capital social integralizado e de patrimônio líquido a serem mantidos pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A Instituição deverá, ainda, observar as seguintes regras de transição: I - Até 30 de junho de 2026, deve ser mantido o valor mínimo de capital integralizado e de patrimônio líquido apurado na forma da regulamentação vigente no dia anterior à data de entrada em vigor da referida Resolução; e II - De 1º de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2027, deve ser mantido o valor de que trata o inciso I acrescido dos seguintes percentuais sobre a diferença positiva entre o montante que for apurado na forma da referida Resolução e aquele valor: a) 25% (vinte e cinco por cento) até 31 de dezembro de 2026; b) 50% (cinquenta por cento) até 30 de junho de 2027; e c) 75% (setenta e cinco por cento) até 31 de dezembro de 2027. A Administração declara que está atuando para atendimento e enquadramento à Resolução, e não identificou riscos de desenquadramento às novas regras estabelecidas.

### 35. Eventos subsequentes

A Reforma Tributária sobre o Consumo Em dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a Reforma Tributária no âmbito do consumo e, subsequentemente, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta a cobrança do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). O novo modelo estabelece um regime específico de tributação para os serviços financeiros, aplicável às operações da QI CTVM, com a implementação gradual da nova sistemática ocorrendo entre os anos de 2026 e 2033. Dada a complexidade do tema e a pendência de regulamentações complementares (como a definição final das alíquotas de referência), a Administração encontra-se em fase de avaliação e mapeamento das operações. Até a data de emissão destas demonstrações financeiras, ainda não é possível estimar com precisão todos os impactos decorrentes da Reforma tributária produzidos em nossos resultados futuros e no fluxo de caixa. A QI CTVM manterá o monitoramento contínuo das regulamentações em tramitação para adequação tempestiva de seus sistemas e controles.

DANIEL DOLL LEMOS - Diretor Responsável

MOISES GONÇALVES - Contador - CRC 15P 213.033/O-8

desse base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou

**MARFIM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.**

CNPJ: 09.597.890/0001-35 - Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3600, 14º andar, CEP: 04538-132 - São Paulo - SP - Telefone (11) 3018-7600

**Relatório da Administração**

Senhores acionistas, atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31/12/2025.

**Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024** (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Notas	31/12/2025	31/12/2024
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.596	17.320
Contas a receber	6	1.083	967
Demais contas a receber	7	631	127
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>8.310</b>	<b>18.414</b>
<b>Não Circulante</b>			
Contas a receber	6	100	91
Impostos a compensar		1.821	2.206
Dépósitos judiciais		156	156
Demais contas a receber	7	734	567
Investimentos	8	246	252
Propriedades para investimento	9	36.967	37.187
Intangíveis		1.216	50
<b>Total do Ativo não Circulante</b>		<b>41.240</b>	<b>40.509</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>49.550</b>	<b>58.923</b>

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024** (Em milhares de reais - R\$)

	Notas explicativas	Reservas de Lucros		Adiantamento para aumento de capital		Lucros acumulados	Total
		Legal	Retenção de lucros	de capital			
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2023</b>		<b>279.563</b>	<b>6.414</b>	<b>68.672</b>	-	-	<b>354.649</b>
Aumento (Redução) de capital	14.a	(23.061)	-	-	-	(23.061)	-
Lucro do exercício	14.a	-	-	-	272.046	272.046	-
Reserva de lucros	14.a	48.557	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais	14.b	-	(31.139)	-	-	-	(31.139)
Retenção de lucros	14.d	-	272.046	-	-	-	-
Absorção de prejuízo acumulado	14.d	-	(1.297)	1.297	-	-	-
Reclassificação reserva legal para reserva de lucros	14.d	-	(4.517)	4.517	-	-	-
Cisão parcial	14.a	(302.459)	-	(262.319)	-	-	(564.778)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2024</b>		<b>3.000</b>	<b>600</b>	<b>4.517</b>	-	-	<b>8.117</b>
Aumento de capital	14.a	4.517	-	(4.517)	-	-	-
Lucro do exercício	14.c	-	-	-	283	283	-
Reserva de lucros	14.c	-	-	202	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14.c	-	-	-	(67)	(67)	-
Retenção de lucros	14.c	-	14	-	(14)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	14.b	-	-	-	5.990	5.990	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2025</b>		<b>7.517</b>	<b>614</b>	<b>202</b>	<b>5.990</b>	-	<b>14.323</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024** (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

**1. Informações Gerais:** A Marfim Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia") foi constituída em 27 de Maio de 2008, tendo sua sede localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3600 - 14º andar, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo. A Companhia possui como principal preponderante o desenvolvimento e locação do Tietê Plaza Shopping. A SYN Prop e Tech S.A. é a Companhia responsável pela gestão das operações da Companhia, assumindo determinados custos corporativos decorrentes da estrutura utilizada para a sua gestão. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava um capital circulante líquido negativo de R\$11.210 (capital circulante líquido positivo de R\$2.296 em 31 de dezembro de 2024). Tal situação ocorre substancialmente devido aos passivos relacionados a pagamento de juros e principais das debêntures, bem como a obrigação de restituição que o grupo possui em relação ao ativo circulante será liquidado com o caixa gerado pelas operações e, caso seja necessário, com o aporte de capital dos acionistas.

**2. Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de Conformidade (com relação às normas do CPC):** As demonstrações financeiras foram preparadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.639/07 e pela Lei nº 11.941/09 e os Princípios de Contabilidade emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a base contábil de continuidade operacional, ou seja, que a Companhia está operando e continuará a operar em futuro previsível. A Administração efetuou avaliação quanto a capacidade da Companhia em manter sua continuidade operacional, e não identificou nenhuma incerteza significativa sobre o assunto. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Conforme previsto pelo item 4 do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, a Companhia optou por não apresentar demonstrações consolidadas, pois sua controladora final, SYN Prop e Tech S.A., apresenta demonstrações financeiras consolidadas por requerimentos legais na mesma data base dessas demonstrações financeiras. A Companhia possui como controladora no percentual de 100%, a Tietê Administradora Ltda. **2.3. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.3. Principais práticas contábeis: 2.3.1. Uso de estimativas e julgamentos.** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são feitas principalmente em relação a: **a) Estimativas de provisões:** As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em uma alteração no próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: **a) Vida útil das propriedades para investimentos:** As estimativas de nossos ativos mantidos em propriedades para investimentos, são baseadas em laudos técnicos, onde, está fundamentada a vida útil do bem; **b) Provisão para riscos fiscais, civis e trabalhistas:** As estimativas de provável, possível e remota, são avaliadas de acordo com o andamento dos processos, que estão sujeitos a incertezas e alterações, o que pode ter impacto na avaliação da avaliação inicial dos advogados; **c) Perdas relacionadas a contas a receber:** Adotamos parcelas vencidas acima de 360 dias e um percentual de perda esperada sobre o saldo remanescente do contas a receber. A Companhia faz análise do contas a receber em conjunto com a análise do cenário macroeconômico para definir percentual utilizado para o cálculo da perda esperada do contas a receber; **d) Instrumentos financeiros:** Nossos instrumentos financeiros são avaliados principalmente em função do risco de crédito. A Companhia utiliza o método de custo líquido a qual, é influenciada pela taxa de Sistema Especial de Liquidação e Custódia, regulamentado pelo Banco Central do Brasil. Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, são acrescidos de custos de transação diretamente atribuídos, veja a classificação de cada instrumento na nota nº 20. **e) Divulgação do valor justo das propriedades para investimento:** Utilizamos como método renda de fluxo de caixa para definir o valor justo da propriedade para investimento, detalhado na nota explicativa nº 9. **f) Mensuração do valor justo:** Há uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **• Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;** **• Nível 2 - inputs, exceto os preços cotados no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (propriedade) ou indiretamente (derivado de preços);** **• Nível 3 - inputs, para o ativo ou passivo, que não são observáveis em mercados ativos para ativos e passivos observáveis;** **2.3.2. Apreciação e apropriação do resultado de locação de imóveis:** As receitas de locação de shopping centers são reconhecidas de acordo com o regime de competência. Como as receitas tendem a linearização das mesmas, o qual seguimos o CPC 6 - Arrendamentos(R2) para registros das receitas de aluguel e contas a receber. Com base neste método nossos receitas são linearizadas de acordo com os contratos de locações. **2.3.3. Caixa e equivalentes de caixa.** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a curto prazo as necessidades de caixa para o exercício em curso. A Companhia considera os equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um significativo risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras incluídas como caixa e equivalente de caixa são classificadas nas categorias "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado" - VJR. **2.3.4. Contas a receber e provisão de crédito:** O balanço patrimonial inclui os saldos de contas a receber, bem como as taxas de administração e de cessação de direitos de uso de lojas das Shopping Centers. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa (com base na análise dos riscos para cobrir prováveis perdas), com registro ao resultado do exercício. **2.3.5. Propriedades para investimento.** São as propriedades em que se espera benefício econômico contínuo e permanente, representado pelos imóveis destinados a renda e são demonstrados pelo custo de aquisição, reduzido pela depreciação, calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 9. A taxa de depreciação é calculada pelo método de vida útil remanescente do ativo, o qual é revisado anualmente. Em 31 de dezembro de 2025 a vida útil remanescente do ativo é de 51 anos. Adicionalmente é apurado o valor justo das propriedades para investimento com base nas condições de mercado, para fins de aplicação de perdas ao valor recuperável deste ativo e divulgação, conforme apresentado na respectiva nota explicativa. **2.3.6. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes.** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão utilizados em favor da Companhia e seu custo ou valor líquido de aquisição pode ser mensurado de forma confiável. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação líquida ou construtiva como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.3.7. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de impairment):** A Administração revisa o valor recuperável de ativos líquidos do ativos com o objetivo de avaliar eventuais mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é registrada uma provisão para redução ao valor recuperável. Durante os exercícios apresentados, não houve registro de perdas decorrentes de redução ao valor recuperável dos ativos. **2.3.8. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro.** O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são reconhecidos quando as obrigações são estabelecidas pela legislação fiscal vigente. **2.3.9. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, em consequência de um evento passado, quando é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsada, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. **2.3.10. Instrumentos financeiros: a. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Companhia compreendem os caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, títulos de renda e a pagar e debêntures emitidas entre outros. A Companhia usa a contabilidade reconhecem os instrumentos financeiros na data em que se toma uma das partes das disposições contratuais do instrumento. **b. Ativos financeiros:** Os ativos financeiros estão classificados como custo amortizado que contemplam o contas a receber. Os ativos financeiros classificados como custo amortizado são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado - Contemplam caixa e equivalentes de caixa. Os ativos financeiros a valor justo pelo resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. **c. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como outros passivos financeiros, que incluem debêntures, fornecedores, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. O método de juros efetivos é aplicado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo período aplicável. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro. **2.3.11. Lucro básico e diluído por ação.** O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão entre o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia e a

**Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024** (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receita Líquida</b>		<b>15</b>	<b>6.768</b>
<b>Custos</b>		<b>16</b>	<b>(1.058)</b>
<b>Lucro Bruto</b>		<b>5.701</b>	<b>297.206</b>
<b>Recargas (Despesas) Operacionais</b>			
Comerciais	16	(298)	(5.386)
Gerais e administrativas	16	(329)	(580)
Equivalência patrimonial	8	(6)	(969)
<b>Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro</b>		<b>5.068</b>	<b>290.271</b>
Receitas financeiras	17	783	16.100
Despesas financeiras	17	(5.443)	(5.731)
Resultado financeiro		<b>(4.660)</b>	<b>10.369</b>
<b>Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>		<b>408</b>	<b>300.640</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>			
Corretas	18	(125)	(28.594)
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>		<b>283</b>	<b>272.046</b>
Lucro básico por mil ações - R\$	19	0,01222	1,26087

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações do Resultado Abrangente para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024** (Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>283</b>	<b>272.046</b>
<b>Resultado Abrangente Total do Exercício</b>	<b>283</b>	<b>272.046</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

inicialmente ao valor de custo, e posteriormente depreciadas, e consistentes em imóveis que são alugados pela Companhia. Os saldos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 são assim representados:

Descrição	% Depreciação		Adições Baixas (a)	Depreciações
	31/12/2024	31/12/2025		
Edifícios	1,65%	32,507	-	(650)
Terrenos	-	3,700	-	3,700
Beneficiárias em imóveis de terceiros	1,65%	980	459	(29)
<b>Total</b>		<b>37.187</b>	<b>459</b>	<b>(679)</b>

A Companhia optou pelo registro a valor de custo reduzido pela depreciação das propriedades para investimentos. Abaixo demonstramos o comparativo entre o valor de custo e o valor justo das propriedades para investimento, calculado anualmente, para fins de análise de recuperabilidade:

Propriedade	Valor justo em		
	31/12/2025	31/12/2025	Mais valia bruta não registrada
Tietê Plaza Shopping (b)	77.741	36.367	40.774
a) Referência à baixa da fração ideal do ativo. A natureza dessa baixa é decorrente da alienação de propriedades para investimento entre a Companhia e a XP Malls conforme nota explicativa 15.b.	-	-	-

b) A avaliação para o Tietê Plaza Shopping foi efetuada internamente em 31 de dezembro de 2025 e foi utilizado o método de renda para a determinação de valor de mercado, apontado o seu valor.

**Método da renda -** fluxo de caixa descontado: por essa metodologia, projeta-se a receita de aluguel efetual, com base nos contratos de locação vigentes, por um período de 10 anos, considerando taxas de crescimento apropriadas e os eventos de contrato (inajustes, revisões e renovações), ocorrendo na menor periodicidade definida pela legislação. A mensuração do valor justo deste ativo foi classificada como Nível 3 com base nos inputs utilizados. Para nossa avaliação deste ativo, nós utilizamos como premissas as seguintes taxas:

	Média Ponderada 2025
Imposto de Renda	1,0%
Indadimplência	1,5%
Desconto médio sobre aluguel	5,0%
Vacância Financeira	5,4%
Taxa de Amort./Receita	3,7%
Taxa de desconto	10,0%

Utilizo-se como premissa para o Tietê Plaza Shopping a taxa de desconto real. Esta propriedade é avaliada com base nos contratos de locação vigentes, em garantia para as debêntures da Companhia, conforme divulgado na nota explicativa nº 10.

**10. Debêntures**

Debêntures	Data da contratação	Encargos	Ref	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures - 1ª emissão	15/12/2019	CDI	(a)	27.414	41.039
<b>Total</b>				<b>27.414</b>	<b>41.039</b>

Passivo circulante 13.780 17.304  
Ativo não circulante 13.634 23.535

(a) Em 12 de dezembro de 2019, os acionistas da COP Marfim aprovaram em assembleia geral extraordinária a realização da 1ª emissão de debêntures simples da Companhia, não convertíveis em ações, de espécie quinquenária, a ser convertida na espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, sendo 110.000 debêntures com valor nominal de R\$1, sendo o valor total da emissão de R\$110.000. As debêntures rendem juros equivalentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI, acrescida de 1,13% ao ano (base 252 dias úteis) e o vencimento é em 15 de dezembro de 2027. O valor do principal e juros serão pagos mensalmente a partir de janeiro de 2020. A operação está adimplente de todas as obrigações previstas na escritura de emissão.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não adotou as IFRS Accounting Standards novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7	Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros
----------------------------------	---

Alterações à IAS 21 - Efeitos das Alterações específicas como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for.

Alterações à IAS 10 - Créditos de Carbono (C02e). Permissões de emissão de carbono (C02e), Permissões de "allowances" e Crédito de Descarbonização (C02D).

Alterações à IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7

Alterações ao IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Alterações ao IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

A Companhia não identificou nenhum impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo, sejam pelas alterações ou novas normas no período de aplicação inicial. A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros, exceto se indicado a seguir.

**2.3. IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras:** A IFRS 18 substitui a IAS 1, transportando diversas das exigências na IAS 1 não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos da IAS 1 foram movidos para a IAS 8 e a IAS 7, O IASB, também implementou pequenas alterações na IAS 7 e IAS 33 - Lucro por Ação. A IFRS 18 introduziu novas exigências para: **a) apresentar categorias específicas e subtópicos definidos na demonstração do resultado;** **a) apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações financeiras;** **b) melhorias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações;** **c) a entidade deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada.** As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7, entram em vigor quando a entidade aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas. Os diretores da companhia esperam que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras consistentes da Companhia no futuro.

**C. Cisão Parcial:** Cisão parcial da Marfim Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia"). Em 16 de setembro de 2024, a Companhia aprovou a Cisão parcial com versão do acordo final do patrimônio da Companhia à Montana Empreendimentos e Participações S.A. Os efeitos da Cisão Parcial nas demonstrações financeiras estão apresentados abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante	2024	-
Caixa e equivalentes de caixa	241.724	-
Contas a receber	323.055	-
<b>Total do ativo cindido</b>	<b>564.779</b>	-

Capital Social 302.519  
Reserva de Lucros 262.319  
**Total do patrimônio líquido cindido** **564.779**

**5. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Referem-se a caixa, saldos bancários e aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (CDB) e operações comprometidas lastreadas em debêntures, que são remuneradas a taxas que se aproximam da variação do CDI (variam entre 88% e 100%) e para as quais incidem penalidades ou quaisquer outros rescaldos para seu resgate imediato, além do direito de exigir a recompra a qualquer momento. O saldo de outros equivalentes de caixa enquadram-se na categoria de valor justo por meio do resultado - VJR.

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão	-	-
Cível	11	25
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>25</b>

	31/12/2025	31/12/2024
Passivos	5.552	9.787
Total	<b>5.552</b>	<b>9.787</b>

**14. Patrimônio Líquido: a) Capital Social:** Em 31 de dezembro de 2025, o capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional da Companhia é de R\$7.517 (R\$3.000 em 31 de dezembro de 2024) representado por Ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em 15 de setembro de 2025, através de Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia aumentou seu capital social de R\$3.000 para R\$7.517, com um aumento efetivo de R\$4.517 mediante ao excetando da Reserva Legal da Companhia. **b) Adiantamento para aumento de capital:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia recebeu o montante de R\$5.990 de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

**c) Destinação do lucro líquido do exercício:** O lucro líquido do exercício, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante premissa estatutária, terá a seguinte destinação: 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado. 25% do saldo, após a apropriação para reserva legal, será destinado para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas. O saldo, após a apropriação da reserva legal e a apropriação para dividendo, será destinado para reserva de lucros, mediante pagamento de juros. **d) Avaliação de ativos:** A avaliação de ativos é realizada com base no custo amortizado, ajustado. As ações são asseguradas a distribuição de 25% do lucro líquido do exercício, mediante acordo com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

**15. Receita Líquida:** Representa aluguéis de shopping centers, registrados por competência em relação aos contratos firmados entre a Companhia e os locatários, e a receita de Cessão de Direito de Uso (CDU) apropriada durante o exercício.

A composição das receitas é conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Venda de imóveis (a)	1.183	(7.711)
Áreas Vagas	7.685	31.864
Receita de CDU	23	167
<b>Receita bruta</b>	<b>7.708</b>	<b>672.743</b>

...continuação

**MARFIM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A. - CNPJ: 09.597.890/0001-35**  
**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras**

**Aos Acionistas e Administradores da Marfim Empreendimentos Imobiliários S.A.**  
**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Marfim Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Marfim Empreendimentos Imobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de

acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e ex-

cutamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos,

do alcance planejado, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios de comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2026

**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU**  
 Auditores Independentes Ltda.  
 CRC nº 2 SP 011609/O-8  
**Ribas Gomes Simões**  
 Contador - CRC nº 1 SP 289690/O-0



Documento assinado e  
 certificado digitalmente  
 Conforme MP nº 2.200-2  
 de 24/09/2001.  
 A autenticidade pode ser  
 conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 15/04/2026. Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: <https://www.jornalodiassp.com.br/leiloes-publicidade-legal>



## SOMOS SISTEMAS DE ENSINO S.A. E CONTROLADAS

CNPJ nº 49.323.314/0001-14

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31/12/2025 e 31/12/2024. Colocamo-nos sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais					DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO					
ATIVO	Controladora		Consolidado		Passivo Circulante	Controladora		Consolidado		
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2024		Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2024	
<b>Circulante</b>										
Caixa e equivalentes de caixa	7	2.003	82.409	2.441	82.873	14	19.695	264.484	19.695	264.484
Títulos e valores mobiliários	8	184.794	97.221	204.575	111.313	15	195.287	238.349	196.108	239.052
Contas a receber	9	896.180	858.160	901.305	863.244	15	309.644	302.608	309.644	302.608
Estoques	10	233.500	276.781	233.350	276.781	16	22.258	21.636	22.794	22.133
Adiantamentos		75.358	80.379	76.160	80.993	17	245.956	215.237	245.956	215.237
Tributos a recuperar		15.532	18.894	18.214	21.409	18	47.336	39.600	48.186	40.565
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		8.369	12.359	10.067	13.631	19	2.598	2.598	2.598	2.598
Outros créditos		1.466	853	1.932	1.304					
Partes relacionadas	22	2.905	11.438	1.498	10.242		821	20.031	788	19.944
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>1.419.957</b>	<b>1.438.484</b>	<b>1.449.542</b>	<b>1.461.790</b>					
<b>Não circulante</b>										
Realizável a longo prazo										
Depósitos judiciais	20.3	122.275	154.452	122.275	154.452	14	748.033	497.521	748.033	497.521
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.b	168.250	208.845	168.567	208.849	16	82.668	83.951	87.730	89.240
Partes relacionadas	22	131.397	111.101	131.397	111.101	17	5.688	221.363	5.688	221.363
Investimentos	11	158.262	170.972	36.564	52.184	20.1	103.992	155.832	104.690	157.123
Outros investimentos		2.978	1.608	2.978	1.608		1.011	2.426	1.011	2.426
Imobilizado	12	143.194	154.316	150.095	160.952		941.392	961.093	947.152	967.673
Intangível	13	4.938.964	5.855.332	5.103.859	5.849.785		1.891.166	2.197.722	1.906.915	2.212.437
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>5.635.490</b>	<b>5.897.226</b>	<b>5.622.735</b>	<b>5.849.931</b>					
<b>Total do ativo</b>		<b>7.055.447</b>	<b>7.295.710</b>	<b>7.072.277</b>	<b>7.311.721</b>					

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais					DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE				
Saldo em 31 de dezembro de 2023	Controladora		Consolidado		Participação de acionistas minoritários	Controladora		Consolidado	
	Capital Social	Reservas de capital	Prejuízo acumulado	Total do patrimônio líquido		Capital Social	Reservas de capital	Prejuízo acumulado	Total do patrimônio líquido
Resultado abrangente do exercício	5.441.121	97.123	(948.773)	4.589.471	1.433	5.441.121	97.123	4.589.471	4.590.904
Lucro (prejuízo) do exercício	-	-	499.816	499.816	(133)	-	-	499.816	499.816
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	499.816	499.816	(133)	-	-	499.816	499.816
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Opções outorgadas reconhecidas (nota 23.3)	-	8.701	-	8.701	(4)	-	8.701	8.697	8.697
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	8.701	-	8.701	(4)	-	8.701	8.697	8.697
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>5.441.121</b>	<b>105.824</b>	<b>(448.957)</b>	<b>5.097.988</b>	<b>1.296</b>	<b>5.441.121</b>	<b>105.824</b>	<b>5.097.988</b>	<b>5.099.284</b>
Resultado abrangente do exercício	-	-	59.722	59.722	14	-	-	59.722	59.736
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	59.722	59.722	14	-	-	59.722	59.736
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Opções outorgadas reconhecidas (nota 23.3)	-	6.571	-	6.571	-	-	6.571	6.571	6.571
Transações com sócios não controladores	-	-	-	-	(229)	-	-	-	-
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	6.571	-	6.571	(229)	-	6.571	6.342	6.342
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>5.441.121</b>	<b>112.395</b>	<b>(389.235)</b>	<b>5.164.281</b>	<b>1.081</b>	<b>5.441.121</b>	<b>112.395</b>	<b>5.164.281</b>	<b>5.165.362</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais				
Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		102.644	314.010	105.700
Ajustes para conciliação ao resultado:				
Depreciação e amortização	12 e 13	277.997	286.385	285.195
Provisão para perdas tributárias, cíveis e trabalhistas	9	54.451	51.304	55.703
Atualização monetária em empréstimos e depósitos bancários	25	200	(116.221)	(301)
Equivalência patrimonial	11	19.277	15.695	15.620
Rendimentos sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	26	(30.780)	(22.232)	(33.347)
Atualização monetária em empréstimos e depósitos bancários	26	(18.296)	(12.445)	(18.296)
Encargos financeiros de arrendamentos	16	11.921	10.997	12.500
Encargos financeiros das provisões tributárias e trabalhistas	20	3.410	(168.743)	3.410
Encargos financeiros de empréstimos e depósitos bancários	14	117.932	96.760	117.932
Juros sobre pagamentos a fornecedores	26	50.266	44.129	50.301
Encargos financeiros de aquisições	17	55.219	59.334	55.219
Provisão para perdas tributárias, cíveis e trabalhistas	(1.712)	6.566	(1.712)	6.566
Cancelamentos de contratos de direito de uso	(22)	(1.953)	(23)	(1.953)
Resultado na venda ou baixa de ativos e outros investimentos	(290)	6.235	-	7.815
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos (impairment)	25	-	8.271	-
Resgate de títulos em controladas		630	-	630
Outros resultados abrangentes		6.571	8.701	6.571
Outros ajustes restritos		649.418	586.793	655.102
<b>Variações nos ativos e passivos operacionais:</b>				
Contas a receber	(92.471)	(195.189)	(93.764)	(218.735)
Estoques	41.324	20.969	41.324	26.216
Adiantamentos	5.544	(10.271)	5.566	(8.894)
Tributos a recuperar	4.745	5.163	1.077	(1.200)
Depósitos judiciais e contas judiciais	(19.669)	(22.207)	(19.669)	(22.184)
Outros créditos	(614)	835	(629)	781
Ativo de partes relacionadas	8.534	(3.839)	8.744	(6.113)
Fornecedores	(86.292)	7.124	(86.209)	13.895
Salários e encargos sociais	(5.604)	(2.930)	(5.324)	(2.448)
Imposto a pagar/Imposto de renda e contribuição social	(1.476)	(4.400)	1.793	(83)
Passivos de contrato e receita diferida	11.032	(2.505)	10.917	(1.543)
Outros contas a pagar	(15.928)	(7.242)	(20.570)	(13.847)
Passivo de partes relacionadas	(18.827)	13.745	(18.706)	16.496
<b>Caixa gerado pelas operações</b>	<b>479.716</b>	<b>386.046</b>	<b>479.442</b>	<b>380.880</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(1.912)	(379)
Juros pagos de arrendamento por direito	16	(11.673)	(10.777)	(12.240)
Juros pagos de empréstimos e depósitos bancários	14	(111.002)	(122.244)	(111.002)
Juros pagos de combinações de negócios	17	(88.424)	(65.855)	(88.424)
Pagamento de contingências tributárias, trabalhistas e cíveis	(3.696)	(2.489)	(3.696)	(2.489)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>264.921</b>	<b>184.681</b>	<b>262.168</b>	<b>178.561</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>				
Resgate de títulos e valores mobiliários	102.518	1.097.613	1.000.352	1.000.352
Investimento em títulos e valores mobiliários	(1.140.190)	(797.717)	(1.157.528)	(841.176)
Adições ao imobilizado	12	(9.002)	(32.343)	(9.002)
Adições ao intangível	13	(91.350)	(95.928)	(91.350)
Caixa adquirido em incorporação de subsidiárias	5	-	3.387	-
Recebimento de dividendos de controladas	11	238	-	-
Aumento de Capital em controladas	11	(6.805)	(5.865)	-
Pagamento de dividendos a não controladores	-	-	(229)	-
Aquisição de cotas de investimento (FIDC)	(2.000)	-	(2.000)	-
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de investimento</b>	<b>(1.657.712)</b>	<b>24.052</b>	<b>(162.496)</b>	<b>30.905</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Pagamento de arrendamento por direito	16	(24.657)	(19.470)	(25.146)
Pagamento de empréstimos e financiamentos e depósitos bancários	14	(250.000)	(500.000)	(500.000)
Empréstimo com partes relacionadas	22	(2.000)	(25.000)	(25.000)
Emissão de títulos públicos líquidos dos custos de emissão	14	248.793	495.726	248.793
Pagamentos de cotas a pagar por combinação de negócios	17	(151.751)	(170.999)	(151.751)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>	<b>(179.615)</b>	<b>(219.743)</b>	<b>(180.104)</b>	<b>(220.146)</b>
<b>Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(80.406)</b>	<b>(11.010)</b>	<b>(80.432)</b>	<b>(10.680)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	82.409	93.419	82.873
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	7	2.003	82.409	2.441
<b>Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(80.406)</b>	<b>(11.010)</b>	<b>(80.432)</b>	<b>(10.680)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**1. Contexto operacional:** A Somos Sistemas de Ensino S.A., aqui denominada "Companhia", "Controladora" ou "Somos Sistemas", com sede na Rodovia Presidente Dutra, km 136, na cidade de São José dos Campos - SP, e suas controladas (em conjunto, o "Grupo") têm como principal atividade fornecer soluções digitais e educacionais completas que atendam a todas as necessidades de escolas particulares que operam no segmento educacional de ensino fundamental e médio. Nesse sentido, o Grupo construiu uma solução de multirrãs habilitadas para essa tecnologia, com conteúdo digital e impresso por meio de contratos de longo prazo com escolas parceiras. **2. Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidências todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas para emissão pela sua Diretoria em 02 de abril de 2026. **2.1. Consolidação:** A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na nota a seguir. **a) Controladas:** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. O investimento em controladas é avaliado pelo método da equivalência patrimonial, cujo investimento é reconhecido inicialmente pelo custo de aquisição e, posteriormente ajustado pelas alterações dos ativos líquidos das investidas. Os ativos e passivos identificáveis adquiridos e passivos contábeis assumidos em operações de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelo valor justo na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação seja a aquisição de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das novas controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. A seguir apresentamos a relação das empresas controladas pela Companhia para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Companhia	Participação	
	31/12/2025	31/12/2024
Colégio Anglo São Paulo Ltda. ("Anglo São Paulo")	100%	100%
Sociedade Educacional da Lagoa Ltda. ("SEL")	100%	100%
EMME - Produções de Materiais em Multimídia Ltda. ("EMME")	100%	100%
MVP Consultoria e Sistemas Ltda. ("MVP")	100%	100%
Escola Start Ltda. ("Start")	51%	51%

A controladora indireta e final da Companhia é a Cogna Educação S.A. ("Cogna" ou "Grupo Cogna"), empresa listada na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, no segmento especial denominado Novo Mercado, só o código COGN3. **b) Coligadas:** Coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo possui influência significativa, mas não controladora, com base nas políticas adotadas em operações de negócios. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. Esses investimentos são inicialmente reconhecidos pelo custo, o qual inclui os custos de transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo e no resultado abrangente das investidas avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, até a data em que a influência significativa cesse. **c) Segmento operacional:** As informações por segmento operacional são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria Executiva, que é a principal tomadora de decisões operacionais, além de respostas para perguntas de analistas, investidores, imprensa e desempenho e tomada de decisões estratégicas na Companhia. **d) Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"):** Para fins de avaliação de impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existe fluxo de caixa identificável separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Para os fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou grupos de Unidades Geradoras de Caixa que se espera se beneficiarem das sinergias da combinação. **e) Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais ("R\$") e a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo. **f) Demonstração do resultado abrangente:** Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação, quando aplicáveis) que, em conformidade com os procedimentos contábeis, não são reconhecidos na demonstração do resultado como requeridos ou permitidos pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, quando aplicáveis. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Grupo não apresentou outros itens além dos resultados dos exercícios apresentados nas demonstrações operacionais, incluindo itens de receita e despesa. **g) Políticas contábeis e passivos:** As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas baseadas no custo histórico, exceto para alguns ativos e passivos que estão mensurados ao valor justo, como apresentado nas políticas contábeis para a seguir. **3. Estimativas e julgamentos contábeis:** Na preparação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, a Administração faz julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas, e por isso são continuamente avaliados com base na experiência histórica e em outros fatores incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis e relacionadas com as estimativas. As revisões dessas estimativas são realizadas prospectivamente. **3.1. Julgamentos contábeis: a) Determinação do período de locação ("leasing"):** A Companhia possui contratos de locação onde atua como locatária, relativos à locação de depósitos, equipamentos e computadores utilizados para sistemas de ensino e soluções educacionais. Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para exercer uma opção de extensão. As opções de extensão (ou os períodos após as opções de rescisão), são incluídas apenas no prazo do arrendamento se o arrendamento estiver razoavelmente certo de ser exercido. Quando as opções de extensão são exercidas, o arrendamento é tratado como um contrato de longo prazo. **b) Avaliação de ativos e passivos:** Os ativos e passivos são avaliados com base no custo histórico, exceto para alguns ativos e passivos que estão mensurados ao valor justo, como apresentado nas políticas contábeis para a seguir. **3.2. Estimativas e julgamentos contábeis: a) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O método do passivo (conforme o conceito descrito na IAS 12 - "Liability Method") de contabilização do imposto de renda e contribuição social diferido é usado para as diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado na data de cada balanço e reduzido ao montante que não seja mais realizável por meio de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas usadas para determinar o valor de cada despesa. Os fluxos de caixa são derivados do orçamento para um futuro previsível e não incluem atividades de reestruturação com as quais a Companhia ainda não se comprometeu ou investimentos futuros significativos que irão melhorar o desempenho dos ativos da UGC sob teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto usada para o modelo de fluxo de caixa descontado, bem como aos fluxos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento usada para fins de extrapolação. Maiores divulgações estão apresentadas na nota explicativa 13. **e) Devolução de mercadorias e reembolsos:** Conforme definido nos termos de vendas com garantia, estes são obrigados a fornecer a Companhia uma garantia estimativa do número de alunos que irão utilizar nosso conteúdo no próximo ano letivo (que normalmente começa em fevereiro do ano seguinte), permitindo assim o início da entrega de seus produtos. Uma vez que os contratos permitem devolução de produtos (geralmente por um período de quatro meses a partir da data de entrega) até um certo limite, a Companhia reconhece a receita pelo valor que se espera receber com base nos históricos de vendas, assumindo que as outras condições para o reconhecimento da receita são conhecidas. Portanto, o valor da receita reconhec



\*continuação

SOMOS SISTEMAS DE ENSINO S.A. E CONTROLADAS - CNPJ nº 49.323.314/0001-14

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(c) Movimentação dos investimentos: Saldo inicial, Aumento de capital, Equivalência patrimonial, Dividendos, Incorporação, Outros, Saldo final

Informações adicionais sobre os fornecedores da Companhia sujeitos ao risco sacado são apresentadas na tabela abaixo: Valor contábil de passivos financeiros, Saldo de fornecedores risco sacado, Valores recebidos pelos fornecedores...

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Imposto de Renda/Contribuição Social: Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, Diferenças temporárias, Provisão para perda esperada, Provisão para estoques obsoletos...

12. Imobilizado: Taxa de depreciação, Depreciação contábil, Depreciação contábil líquida, Equipamentos de informática, Móveis e utensílios, Edificações e benfeitorias...

Alterações não monetárias: Não houve alterações não monetárias significativas no valor contábil dos passivos financeiros sujeitos ao risco sacado.

Imposto de Renda/Contribuição Social: Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, Diferenças temporárias, Provisão para perda esperada, Provisão para estoques obsoletos...

Saldos em 31 de dezembro 2023, Adição, Baixas/cancelamento de contratos, Depreciação, Transferência, Saldos em 31 de dezembro 2024, Adição, Baixas/cancelamento de contratos, Depreciação, Transferência, Saldos em 31 de dezembro 2025

16. Arrendamento por direito de uso: (a) Movimentação: Saldo inicial, Adições (i), Renegociações, Cancelamentos (ii), Juros incorridos...

22. Partes relacionadas: Conforme apresentado na nota explicativa 1, a Companhia faz parte do Grupo Cogna e algumas das transações e acordos da Companhia envolvem entidades que pertencem ao Grupo Cogna.

Taxa de amortização, Amortização contábil, Amortização contábil líquida, Softwares, Carteira de clientes, Marcas, Acordo comercial, Produção de conteúdo, Outros intangíveis, Em andamento, Ágios, Total

(i) Em 2024, refere-se ao contrato de arrendamento do imóvel utilizado para oferecer cursos da Start Anglo Bilingual School ("Start Anglo"), localizado em São Paulo.

Partes relacionadas: Contas a receber, Contas a pagar, Ativo de partes relacionadas, Passivo de partes relacionadas, Fornecedores, Débitos

Carreira de clientes, Acordo comercial, Produção de conteúdo, Outros intangíveis, Em andamento, Ágios, Total

17. Contas a pagar - aquisições: Saldo inicial, Adições (i), Renegociações, Cancelamentos (ii), Juros incorridos...

(i) Relacionado aos empréstimos realizados pela Somos Sistemas de uma controladora direta Vasta Platform Ltd., para pagamento de despesas e movimentação do sistema de giro.

Testes do ágio para verificação de "impairment" por modalidade: A Companhia avalia no mínimo anualmente a recuperabilidade de seus ativos, ou quando existir indicativo de alguma desvalorização.

18. Adiantamento de clientes: Direitos de devoluções (i), Contratos de exclusividade - folha de pagamento, Total passivo circulante

Despesa financeira, Custos financeiros, Subarranqueamento, Receitas financeiras, Custos financeiros, Subarranqueamento

Core & Complementar: Taxa de crescimento, Taxa de desconto, Taxa de crescimento (%) na perpetuidade, Anos projetados

19. Obrigações trabalhistas: Salários a pagar, Contribuições sociais a pagar (i), Provisão de férias e 13º salário, Provisão de participação dos lucros (ii)

(i) Refere-se ao efeito da contribuição social sobre os planos de remuneração de cotas de ações restritas emitidas. A Companhia contabiliza os impostos sobre as ações mensalmente de acordo com o preço das ações da Companhia.

14. Debêntures: Adição, Pagamento, Juros, Custo, Transferências, Total

20. Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, e depósitos judiciais: 20.1 Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis: A Companhia classifica a probabilidade de perda nos processos judiciais/administrativos em que é ré.

(i) Refere-se aos juros das debêntures com partes relacionadas, apresentado na nota explicativa 14. a. Garantias relacionadas com contingências adquiridas através da combinação de negócios passados: Em dezembro de 2019, a Companhia e o Grupo Cogna assinaram o acordo para vincular legalmente a indenização do vendedor em relação à aquisição da Somos pelo Grupo Cogna.

20.2 Processos com expectativa de perdas possíveis: Queda a seguir considera todas as contingências possíveis da Companhia, incluindo os valores de novas contingências dessa classificação que foram geradas no período posterior à combinação de negócios.

20.3 Depósitos judiciais: Processos tributários, Processos trabalhistas, Processos cíveis, Receita financeira (nota 26), Despesa financeira (nota 26), Despesas gerais e administrativas (nota 25), Imposto de renda e contribuição social (nota 21.a)

Entidade Arrendatária, Contraparte (Locador), Pagamentos mensais, Maturidade, Taxa, Estado do imóvel

21. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: A. Imposto de renda e contribuição social no resultado: O imposto de renda e a contribuição social provisionados no exercício diferem do valor teórico que seria obtido com o uso das alíquotas nominais definidas pela legislação, aplicável ao lucro das entidades consolidadas.

21. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: B. Imposto de renda e contribuição social no balanço: O imposto de renda e a contribuição social provisionados no balanço diferem do valor teórico que seria obtido com o uso das alíquotas nominais definidas pela legislação, aplicável ao balanço das entidades consolidadas.

Entidade Locatária, Contraparte (Locador), Pagamentos mensais, Maturidade, Taxa, Estado do imóvel

22. Partes relacionadas: Emissão, Série, Data de emissão, Data de vencimento, Primeiro pagamento, Pagamento do principal, Encargos financeiros, Valor emissão

23. Patrimônio líquido: 23.1 Capital social: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social subscrito e integralizado da Companhia totaliza R\$5.441.121, correspondente a 5.441.121.711 ações ordinárias nominativas.

23.2 Resultado por ação: Resultado atribuído aos acionistas controladores da companhia, Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, Lucro por ação (básico), Remuneração baseada em ações ("Plano de longo prazo"), Remuneração baseada em ações ("Bonus IPO"), Total de diluição, Lucro por ação (diluído)

24. Receita líquida de vendas e serviços: Sistemas de Ensino, Editoras, Soluções complementares, Outros produtos e serviços, Vendas, Serviços, Receita Líquida

23.3 Reserva de capital e opções outorgadas: Reserva de Capital: O saldo da reserva de capital no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 totaliza um saldo de R\$ 112.395 (R\$ 105.824 em 31 de dezembro de 2024).

24. Receita líquida de vendas e serviços: 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2025, 31/12/2024

\*continuação

SOMOS SISTEMAS DE ENSINO S.A. E CONTROLADAS - CNPJ nº 49.323.314/0001-14

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25. Custos e despesas por natureza:	Controladora		Consolidado		Custos das vendas e serviços	Controladora		Consolidado		Despesas financeiras	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Matérias-primas e custos de produção	(405.345)	(361.912)	(406.232)	(375.177)	(664.233)	(636.900)	(674.036)	(653.742)			(117.932)	(96.760)	(117.932)	(96.760)
Salários e encargos	(323.738)	(305.323)	(339.728)	(323.000)	(342.686)	(275.775)	(348.713)	(282.671)			(55.219)	(59.334)	(55.219)	(59.334)
Depreciação e amortização	(277.997)	(286.385)	(285.195)	(294.084)	(439.420)	(337.515)	(452.982)	(362.937)			(50.266)	(44.129)	(50.301)	(44.401)
Direitos autorais	(103.645)	(101.596)	(103.645)	(101.596)	1.785	4.282	1.785	4.286			(355)	(775)	(373)	(1.523)
Publicidade e propaganda	(153.660)	(95.385)	(155.309)	(96.428)	(629)	(11.861)	(629)	(11.862)			(3.502)	(38.231)	(3.410)	(38.218)
Provisão para perdas esperadas	(54.451)	(51.304)	(55.703)	(53.003)							(11.921)	(10.997)	(12.500)	(11.584)
Custos editoriais	(53.794)	(40.411)	(53.794)	(40.411)							(8.177)	(9.050)	(8.311)	(9.127)
Serviços terceirizados	(40.691)	(52.309)	(42.629)	(54.378)							(247.372)	(259.276)	(248.046)	(260.947)
Viagens	(33.944)	(32.674)	(34.375)	(32.907)							(162.479)	17.807	(160.342)	18.518
Serviços de consultoria e assessoria	(26.194)	(24.601)	(27.462)	(25.998)										
Aluguel e taxas de condomínio	(2.228)	(8.687)	(2.140)	(15.725)										
Provisão para estoques obsoletos (nota 10)	(9.277)	(43.206)	(9.277)	(41.482)										
Utilidades, limpeza e segurança	(13.728)	(13.340)	(14.131)	(13.939)										
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos (impairment)	-	(8.271)	-	(8.271)										
Outras despesas operacionais	(629)	(3.589)	(629)	(3.590)										
Impostos e contribuições	(2.521)	(5.628)	(2.581)	(5.689)										
Material	(4.130)	(3.675)	(4.242)	(3.766)										
Despesas gerais e administrativas - outras despesas	(3.197)	(1.220)	(3.290)	(1.683)										
Recicla de contratos de arrendamento e subarrendamento com partes relacionadas	7.998	10.140	7.998	10.140										
Reversão para perdas fiscais, cíveis e trabalhistas (i)	(200)	116.221	301	116.722										
Outras receitas operacionais	1.785	4.282	1.785	4.286										
	<b>(1.499.636)</b>	<b>(1.309.073)</b>	<b>(1.530.278)</b>	<b>(1.359.989)</b>										

(i) Em 2024, inclui R\$ 102.431 relacionados a uma reversão de contingências fiscais (apresentadas na nota 20), como resultado da mudança na probabilidade de perda dos processos fiscais mencionados na nota 1.1(a).

**26. Resultado financeiro:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimentos sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (i)	30.780	22.232	33.347	24.547
Receita financeira de ativos de indenização	19.886	22.358	19.886	22.358
Reversão de contingências tributárias (ii)	-	206.961	-	206.961
Atualização monetária em empréstimos a partes relacionadas	18.296	12.445	18.296	12.445
Juros ativos	12.400	10.228	12.433	10.255
Outras receitas financeiras	3.531	2.859	3.742	2.899
	<b>84.893</b>	<b>277.083</b>	<b>87.704</b>	<b>279.465</b>

**Despesas financeiras**

Juros sobre debêntures (117.932) (96.760) (117.932) (96.760)

Juros de aquisições de combinação de negócios (55.219) (59.334) (55.219) (59.334)

Juros de fornecedores e risco sacado (50.266) (44.129) (50.301) (44.401)

Taxas bancárias e de cobrança (355) (775) (373) (1.523)

Juros sobre provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (3.502) (38.231) (3.410) (38.218)

Juros sobre arrendamento (11.921) (10.997) (12.500) (11.584)

Outras despesas financeiras (8.177) (9.050) (8.311) (9.127)

**Resultado Financeiro**

(247.372) (259.276) (248.046) (260.947)

(162.479) 17.807 (160.342) 18.518

(i) Receita de títulos e valores mobiliários indexados ao CDI. (ii) Em 2024, conforme mencionado na nota 20.a, a Companhia realizou a reversão de despesas financeiras/juros de contingências no valor de R\$ 206.961, em decorrência de uma mudança na probabilidade de perdas esperadas dos processos para "remoto".

**27. Transações sem efeito em caixa:** As principais transações sem efeito caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão apresentadas a seguir: (i) Adições de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento no valor de R\$ 24.377 e R\$ 47.391 (nota explicativa 12). (ii) Baixas de contratos de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento mercantil no montante de R\$ 340 e R\$ 13.033 (nota explicativa 16).

**ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA**

**Guilherme Melega**  
Diretor Presidente

**Cesar Augusto Silva**  
Diretor Financeiro

**Diego Lisboa de Melo**  
Contador - CRC SP-357338/O-6

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

**Somos Sistemas de Ensino S.A.**  
São Paulo - SP

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Somos Sistemas de Ensino S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Somos Sistemas de Ensino S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Redução ao valor recuperável de unidade geradora de caixa que contém ágio por expectativa de rentabilidade futura:** Veja Notas Explicativas nº 2.1 (d), 3.2 (d), 4.3.8 e 13 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Principal assunto de auditoria:**

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta, em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas valores significativos de ágio por expectativa de rentabilidade futura decorrentes de combinações de negócios, os quais devem ser testados no mínimo anualmente para a identificação da necessidade de reconhecimento de redução ao valor recuperável, conforme norma contábil em vigor. A determinação do valor em uso da unidade geradora de caixa (UGC) é baseada em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que envolvem premissas significativas tais como: (i) a margem LAJIDA (Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização); (ii) crescimento médio da receita líquida; (iii) taxa de crescimento na perpetuidade; e (iv) taxa de desconto. Devido às incertezas e julgamentos relacionados com as principais premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixas futuros da unidade

geradora de caixa, que, se alteradas, poderão resultar em valores substancialmente diferentes dos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como e suas divulgações relacionadas, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

**Como nossa auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram mas não se limitaram a: - análise, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das premissas significativas utilizadas pela Companhia para a projeção dos fluxos de caixa futuros, e comparação das premissas de taxa de crescimento na perpetuidade e taxa de desconto com informações de mercado disponíveis, e comparação das premissas de margem LAJIDA e crescimento médio da receita líquida com o desempenho histórico e previsões anteriores; - recalcular, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, do valor presente dos fluxos de caixa projetados pela Companhia para a unidade geradora de caixa; - comparação do valor contábil líquido com o valor em uso da unidade geradora de caixa; e - avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o valor recuperável da unidade geradora de caixa que contém ágio por expectativa de rentabilidade futura, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

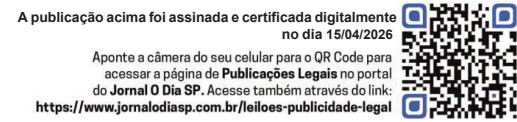
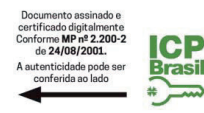
**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se

causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho do auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 02 de abril de 2026

**KPMG**  
KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC ZSP-014428/O-6

**Flavio Cozzoli Gonçalves**  
Contador CRC 1SP 290557/O-2



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/B01F-4BEF-585C-8A6C> ou vá até o site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: B01F-4BEF-585C-8A6C



### Hash do Documento

EA7FB984CE33D322FECD90F1F799CBDA3E2F93992C766BB8E34A315F799222CA

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 15/04/2026 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 39.732.792/0001-24 em 15/04/2026 00:00 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

### Evidências

**Geolocation:** Latitude: -23.646471 Longitude: -46.556954 Accuracy: 43

**IP:** 172.16.4.3

**AC:** AC Certisign RFB G5

